



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**ESTEVÃO LOPES GARCIA**

**O CIBERATIVISMO NEGRO E O PAPEL DA BRANQUITUDE:  
UMA TRINCHEIRA DA LUTA ANTIRRACISTA**

**ERECHIM  
2023**

**ESTEVÃO LOPES GARCIA**

**O CIBERATIVISMO NEGRO E O PAPEL DA BRANQUITUDE:  
UMA TRINCHEIRA DA LUTA ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas sob a orientação do Profº Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

ERECHIM  
2023

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Garcia, Estevão Lopes

O ciberativismo negro e o papel da branquitude: uma trincheira da luta antirracista / Estevão Lopes Garcia, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. -- 2023. 98 f.

Orientador: Doutor Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2023.

1. ciberativismo. 2. branquitude. 3. negritude. I. Humanas, Mestrado Interdisciplinar em Ciências II. Silva, Luís Fernando Santos Corrêa da, orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ESTEVÃO LOPES GARCIA**

**O CIBERATIVISMO NEGRO E O PAPEL DA BRANQUITUDE:  
UMA TRINCHEIRA DA LUTA ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em  
Ciências Humanas  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre  
em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em 27/04/2023

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luis Fernando Santos Corrêa da Silva – UFFS  
Orientador/Presidente

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cassio Cunha Soares - UFFS  
Membro titular externo

\_\_\_\_\_  
Profa. Dr. Gerson Wasen Fraga - UFFS  
Membro titular interno

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Zoraia Aguiar Bittencourt - UFFS  
Membro suplente

Erechim/RS, Abril de 2023

Dedico aos meus filhos

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a toda ancestralidade negra que abriu os caminhos para que pudesse chegar até aqui. Ao meu orientador, professor Dr. Luis Fernando, aos professores e professoras do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul; A todos autores por possibilitar através de suas obras o desenvolvimento deste trabalho; aos amigos Cassio Brancalone, Vinícius Pereira, Paulo Afonso, Bruno G., Cynthia Filipino e todos colegas de turma. Agradeço em especial à Livraria Quarup, na pessoa de Claudio Luiz, por me acolher em todos momentos. À minha veterana Alana, que sempre foi muito solícita e acolhedora. À filósofa Djamila Ribeiro que foi a primeira a me despertar para esse tema. A todos os movimentos e coletivos da luta antirracista. À rede de professores antirracistas, na figura da querida amiga Lavine Castro. A querida amiga Maria Luiza Evaristo Igino, pela força nos momentos difíceis e inspiração para tudo. E por fim, mas não menos importante, aos estudantes negros e negras dos quais compartilharam alegrias e tristezas nesse trajeto. Ironicamente agradeço por fim à C.R.S.R., o que não mata me fortalece.

A conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial.  
Beatriz Nascimento

## RESUMO

O trabalho apresentará definições e reflexões de conceitos basilares dessa pesquisa sobre principalmente ciberativismo e branquitude, bem como temas que tangenciam esse debate. Apontar caminhos para responder a seguinte questão: Como a literatura acadêmica tem abordado o papel do ciberativismo negro e da branquitude, enquanto grupo social privilegiado, na reconstrução das relações ético-sociais? A pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, tem o intuito de perceber as possíveis relações entre o ciberativismo negro e a branquitude, através do estudo do estado da arte das pesquisas sobre essa temática. Também discute teoricamente as concepções historicamente construídas e quais lacunas existem nessas perspectivas dentro de uma ótica decolonial do pensamento e afro centrada. Ademais, procura-se apresentar os valores decoloniais de uma outra ética das relações sociais fazendo leituras, reflexões, pesquisas que evocam fundamentações no campo da sociologia, filosofia, antropologia e comunicação social. O estudo/pesquisa contribuirá teoricamente para a área do conhecimento, refletindo sobre suas teorias, potencialidades e lacunas que, a posteriori poderão também ser utilizadas por movimentos sociais relacionados a essas temáticas.

Palavras-chave: Branquitude. Ciberativismo. Negritude.

## ABSTRACTO

El trabajo presentará definiciones y reflexiones de conceptos básicos de esta investigación sobre ciberactivismo y blanquitud principalmente, así como temas que tocan este debate. Señale formas de responder a la siguiente pregunta: ¿Cómo ha abordado la literatura académica el papel del ciberactivismo negro y la blancura, como grupo social privilegiado, en la reconstrucción de las relaciones ético-sociales? La investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, tiene como objetivo comprender las posibles relaciones entre el ciberactivismo negro y la blanquitud, a través del estudio del estado del arte de las investigaciones sobre esta temática. También discute teóricamente las concepciones construidas históricamente y qué brechas existen en estas perspectivas dentro de una perspectiva de pensamiento decolonial y afrocéntrica. Además, busca presentar los valores decoloniales de otra ética de las relaciones sociales a través de la lectura, la reflexión, la investigación que evocan fundamentos en el campo de la sociología, la filosofía, la antropología y la comunicación social. El estudio/investigación contribuirá teóricamente al área del conocimiento, reflexionando sobre sus teorías, potencialidades y vacíos que, a posteriori, podrán ser aprovechados también por los movimientos sociales relacionados con estas temáticas.

Palabras clave: Blancura. Ciberativismo. Negrura.

## LISTA DE TABELAS

Tabelas 1 - Racismo on line.....	45
Tabelas 2 - Micro agressões virtuais.....	46
Tabelas 3 - Índices de 2002.....	11

## **LISTA DE SIGLAS**

MADE – Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

SIS – Síntese de Indicadores Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TMR – Teoria da Mobilização de Recursos

TNMS – Teorias dos Novos Movimentos Sociais

FNB – Frente Negra Brasileira

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros

.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O CIBERATIVISMO NEGRO.....</b>	<b>28</b>
2.1	O CIBERATIVISMO NO MUNDO MODERNO.....	38
2.2	A VIOLENCIA MIGRA PARA O MUNDO DIGITAL.....	43
2.3	OS PERFIS DE MULHERES NEGRAS NO INSTAGRAM.....	47
<b>3</b>	<b>A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA BRANQUITUDE.....</b>	<b>50</b>
3.1	A BRANQUITUDE E SEU LUGAR DE FALA.....	63
3.2.	O PACTO DA BRANQUITUDE: DOS PRIVILÉGIOS REAIS AOS VIRTUAIS .....	67
3.3	O BRANCO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDOS.....	70
<b>4</b>	<b>O ESTADO DA ARTE: PESQUISADORES BRANCOS PESQUISANDO BRANQUITUDE.....</b>	<b>72</b>
4.1	A BRANQUITUDE COMO CAMPO DE ESTUDO.....	78
4.2	ÉTICA DECOLONIAL DOS VALORES.....	81
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dois elementos têm sido alvo de muitos debates nas últimas décadas desse início de século XXI e, dentro da sua maneira, têm pautado novos patamares relacionais e civilizatórios no ocidente. Não posso deixar de relatar que as concepções de mundo e de relações interpessoais, por conseguinte, estão em constante disputa, as articulações de movimentos sociais de minorias e o uso das redes sociais. Nesse sentido, um desses dois elementos é mais recente e o outro traz consigo toda uma ancestralidade de um passado colonial. O fenômeno das redes sociais nos parece hoje uma forma praticamente inevitável de comunicação e fonte de informações de toda ordem. Mas ainda que esse fenômeno seja mundial, há discrepâncias no seu acesso, marcados por elementos socioeconômicos com um recorte inevitavelmente racial, como nos mostra o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), sediado na Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Paralela e conjuntamente a esse fenômeno das redes sociais, as mais variadas vertentes do movimento negro e iniciativas individuais e coletivas da negritude tomaram seus espaços para divulgar, difundir, problematizar e evidenciar valores, práticas, ofícios, entre outros conteúdos afro centrados que, em última instância faz frente a publicações que historicamente já naturalizamos com as de pessoas brancas, detentoras do poder institucional do discurso. Esse movimento difundido pelas múltiplas plataformas de redes sociais pelo mundo, consumidas por todos de variadas faixas etárias, possibilita assim apresentar novos saberes, práticas, e noções históricas da construção dos conhecimentos bem como das formas relacionais de organização social, que em certa medida pode contribuir para novos horizontes ético e empáticos. As práticas sociais modernas e sua contribuição na formação das identidades têm despertado para um debate de um problema que não é novo no mundo. Faz-se mister então não somente problematizar as contradições por hora salientadas, mas também, a partir da observação do movimento do real, propor possibilidades de ação que podem resultar em novas sínteses de sociabilidade. O problema que essa pesquisa se propõe a levantar é, em primeiro lugar, principalmente um problema da vida prática. Todas as questões investigadas estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

A problemática racial no mundo, em especial no Brasil, último país a abolir a escravidão nas Américas, tem convulsionado principalmente as redes sociais no que se

convencionou chamar de ativismo digital, ou, ciberativismo como usaremos nesse trabalho. Deste modo, termos e conceitos foram disponibilizados de maneira mais acessível e pública, em especial pelo advento do amplo acesso às redes sociais, mostrando assim novas possibilidades de relações sociais baseadas em concepções ético-morais diferentes das até então hegemônicas eurocêntricas. Canais do Youtube, perfis no Instagram, Facebook, Podcasts, dentre outros meios de comunicação através das múltiplas plataformas de redes sociais surgiram e se difundiram, ampliando seu alcance e propondo debates e reflexões nos mais variados temas, entre eles as que tange a negritude e a branquitude, e o racismo foi e é um debate inevitável também nesses espaços.

A partir da década de 1990 do século passado, os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos começaram a mudar seu enfoque, e novos olhares sobre o tema começaram a surgir. O movimento de mudança nesses estudos se deu quando os olhares acadêmicos das ciências sociais e humanas se deslocaram dos “outros” racializados para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, ou seja, para os brancos. Esses novos enfoques foram chamados de “estudos críticos sobre a branquitude” (critical whiteness studies). Apesar de os Estados Unidos serem pioneiros nos estudos sobre branquitude, encontramos produções acadêmicas sobre essa temática na Inglaterra, África do Sul, na Austrália e no Brasil (Cardoso, 2008).

Importante destacar que o trabalho tem a negritude enquanto categoria, como um todo, não seja objeto da pesquisa, e sim a branquitude, pois focando nessa perspectiva de olhar o negro como grupo minoritário dentro dos estudos das relações étnico raciais, contribui com a ideia do branco como uma norma da identidade racial. E é justamente essa perspectiva que pretendo abordar nos capítulos seguintes, esclarecendo os conceitos tanto de ciberativismo quanto o de branquitude. Para compreender os processos que levam a novas reflexões em torno de uma ética relacional decolonial, irei partir de uma explanação mais à frente nesta introdução sobre minha trajetória pessoal, do meu curso acadêmico, e da minha inserção nos movimentos sociais e estudantil, que contribuem na gênese da minha formação crítica. A escritora estadunidense bell hooks usa dois conceitos, de “sujeito” e “objeto” argumentando que sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p.42). Como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros, e nossa história designada somente de maneiras que definem relação com aqueles que são sujeitos (hooks, 1989, p.43).

Dentro de uma proposta decolonial de pensamento afro diaspórico (Bernardino Costa; et al; 2019) e de uma construção de pensamento que busca compreender formulações epistemológicas dissidentes, é propósito deste trabalho trazer à baila as reflexões acadêmicas que são ao mesmo tempo históricas e contemporâneas. Esse trabalho de pesquisa apontará elementos para responder à seguinte questão: Como a literatura tem abordado o papel do ciberativismo negro e da branquitude, enquanto grupo social privilegiado, na reconstrução das relações ético-sociais?

As diferenças sociais e econômicas do país, que refletem uma grande iniquidade e injustiça racial, são elementos estruturantes da sociedade brasileira, em que uma suposta convivência racial pacífica se manifesta através de classificações fluidas de cor e raça, ainda que a raça seja tema de interpretações e estudos, demonstrando que a racialidade está na base da estrutura social e cultural da nossa sociedade e na constituição dos sujeitos. Como nos mostra Grada Kilomba (2020), qualquer forma de saber que não se enquadra na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas de modo geral também reproduzem as relações raciais de poder, dizendo o que pode ou não ser considerado verdade e, nesse espectro predominam majoritariamente epistemologias brancas eurocêntricas. Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes (Collins, 2000). “Porque nos falta controle sobre tais estruturas, a articulação de nossas próprias perspectivas fora de nossos grupos torna-se extremamente difícil, se não irrealizável” (Kilomba, 2018, p.52).

Será que o ciberativismo negro tem algum papel relevante na mudança dessa realidade ou sua ação no mundo virtual não afetaria as estruturas de poder? Essas e outras questões são ainda um vasto campo de investigações a serem desenvolvidas na luta antirracista. Nesse aspecto também a credibilidade da produção de uma ciência não alinhada com o enquadramento do pensamento eurocêntrico se torna sistematicamente questionada e também muitas vezes rejeitada, mostrando o caráter não somente acadêmico excludente, mas também um caráter político da construção das narrativas do que é realmente científico. No bojo dessa disputa está inevitavelmente a reprodução das relações sociais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e credível, desde as temáticas a serem pesquisadas, passando pelas metodologias e paradigmas,

trazendo à luz o que Sueli Carneiro cunhou de epistemicídio, visto que o espaço acadêmico monocromático em suas fundamentações atende a interesses políticos específicos da sociedade branca. Paralelamente a isso, todos os processos materiais, simbólicos e psíquicos experienciados pela população negra, por conta do racismo e suas formas de lutas e resistências, são também construções e experiências que contribuem para o desenvolvimento de múltiplas visões de mundo.

A colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas da existência, da relação com a natureza, entre outros aspectos, que foram forjadas no período colonial (Wynter,2003).

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade. (...) é preciso trazer para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens da periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais (COSTA, TORRES, GROSFOGUEL, 2019, p.10).

Nesse sentido, o trabalho trará como uma fundamentação auxiliar para sustentar os argumentos teóricos a discussão da importância da raça como dimensão estruturante do sistema-mundo moderno/colonial, e com isso perceber o quanto a formulação da centralidade da raça e sua articulação com o capitalismo histórico podem ser encontradas na longa tradição do pensamento e da luta dos povos afro diaspóricos. A legitimidade do processo formulador do conhecimento científico tem intrinsecamente um viés racista na medida em que segrega os que podem ou não elaborar seus conhecimentos e, os teóricos sistematizaram o conceito de decolonialidade sendo este uma noção de geopolítica e corpo-política do conhecimento como crítica ao euro centrismo e ao cientificismo.

Em outras palavras, o privilégio do conhecimento de uns tem como corolário a negação do conhecimento de outros, da mesma forma que a afirmação da existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros: a desqualificação epistêmica se converte em instrumento privilegiado da negação ontológica (TORRES, 2007, p.12).

As culturas dissidentes, não hegemônicas, são também projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança. E essas culturas – que para efeito de clareza podemos chamar de culturas políticas – não são ‘mumificações’ históricas, senão passam cotidianamente pelo processo

de recriação a partir de fluxos e trocas de ideias, valores e projetos que circulam pelo mundo afro diaspórico (Maldonado-Torres, 2019).

A prática da decolonialidade então possibilita que os grupos minoritários possam emergir como pensadores, criadores e como ativistas a fim de construir um novo mundo onde outros mundos também sejam possíveis. Só é possível descolonizar os currículos e o conhecimento se descolonizarmos o olhar sobre os sujeitos, suas experiências, seus conhecimentos e a forma como os produzem (TORRES, 2019).

A partir da observação e análise da atuação de pessoas e grupos de pessoas negras racializadas no espaço virtual, podemos junto a isso contextualizar a teoria decolonial que propõem uma reflexão crítica sobre nosso senso comum e sobre pressuposições científicas referentes a tempo, espaço, conhecimento e subjetividade, entre outras áreas chave da experiência humana, permitindo-nos identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização e, ao mesmo tempo, fornecendo ferramentas conceituais para avançar a descolonização. Para uma maior compreensão da perspectiva da teoria decolonial ao observar e analisar o ciberativismo negro, é compreender que as ações no espaço virtual de maneira engajada e crítica tem uma função chave do pensamento e da prática decolonial, exigindo não somente para os formuladores das teorias e conceitos, mas para o público que atingem, um engajamento crítico com as teorias da modernidade, que tendem a servir como estruturas epistemológicas das ciências sociais e humanidades europeias.

A razão para isso é que o significado e a estrutura de instituições, práticas e representações simbólicas ocidentais modernas já pressupõem conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão, entre muitas outras ideias-chave que têm sido definidas como pressuposto de uma distinção fundamental entre o moderno e o selvagem ou primitivo, hierarquicamente entendidas ou não (Maldonado-Torres, 2019, p.30)

Não podemos conceber o colonialismo como algo que acontece na modernidade em conjunto como outros períodos históricos, é mais sensato afirmar que a modernidade por si só, como uma grande revolução imbricada como o paradigma da descoberta, tornou-se colonial desde seu nascedouro. Para Nelson Maldonado-Torres (2019), os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro. Isso leva a uma transformação radical do saber, do ser e do poder, sendo fundamental que uma perspectiva decolonial esteja enraizada em um giro

decolonial, afastando-se da modernidade/colonialidade, fazendo o que o autor chama de um giro epistêmico decolonial, por meio do qual os grupos subalternizados emergem como questionadores, pensadores, teóricos e escritores. Essa perspectiva, diferente de uma proposta colonial eurocêntrica é necessariamente um projeto coletivo, onde a decolonialidade envolve também um giro decolonial estético por meio do qual os grupos até então subalternizados surgem como criadores, mas também leva inevitavelmente a uma atitude ativista, por meio da qual esses grupos emergem como potenciais agentes da mudança social.

Ainda que num país como Brasil, onde se propaga a ideia de um lugar de convivência racial pacífica, por conta das fluidas classificações de cor e raça, e ao mesmo tempo onde estudos mostram as duradouras iniquidades e injustiças determinadas fortemente por fatores raciais, que estruturam a sociedade brasileira, a raça no Brasil é tema de interpretações e estudos que demonstram que o pensamento racial está arraigado em uma estrutura social e cultural, bem como na constituição dos sujeitos em nossa sociedade.

Para além de questões individuais, como alteridade e empatia, ou a falta disso, o racismo estrutural (Almeida, 2018) está no centro das discussões de governos e Estados por todo o mundo, mas principalmente nos movimentos sociais progressistas, ainda que esse debate já venha sendo acumulado pelo movimento negro há muitas décadas.

Durante muito tempo, a branquitude, a mesma que criou nas práticas colonialistas e exploratórias os conceitos de raça e racismo, não se manifestou sobre todas as suas responsabilidades no processo de desumanização das pessoas que se diferiam dela, ou seja, o Outro (Fanon, 2008). Para Fanon, a dialética de mútuo reconhecimento entre 'eu' e o 'outro' que existe na zona do ser, se colapsa na zona do não ser ao não haver reconhecimento da humanidade do Outro. Foi então na construção das relações sociais de poder que se consolidaram práticas e conceitos que se manifestam culturalmente em sistemas de opressão que se refletem em todos os campos da vida social.

As relações de poder numa sociedade capitalista são concretizadas em quem detém os meios de produção e quem detém a força de trabalho para vender (Marx, 1977). Tudo isso posto, compreendo que a luta antirracista é necessariamente também uma trincheira da luta anticapitalista, que, em última instância busca a eliminação do racismo dentro das relações sociais e econômicas.

Marx entendia que a relação de poder numa sociedade capitalista era fundamentalmente determinada pela propriedade dos meios de produção. Em outras

palavras, aqueles que detêm o poder econômico são aqueles que possuem os recursos necessários para produzir bens e serviços. Isso significa que os trabalhadores, que não possuem os meios de produção, são dependentes dos proprietários para sua subsistência. Para Marx, isso cria uma dinâmica desigual de poder, na qual a classe que detém os meios de produção tem um grande controle sobre a vida dos trabalhadores. Isso ocorre porque, como os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, estão em uma posição de subordinação em relação aos proprietários. Essa desigualdade de poder permite que os proprietários mantenham seus lucros em detrimento dos trabalhadores, uma vez que podem pagar salários baixos e pouco se importam com as condições de trabalho. Além disso, os proprietários também controlam a produção de bens e serviços, o que lhes dá um grande poder na sociedade como um todo. A concentração de poder econômico nas mãos de uma pequena elite, portanto, é vista por Marx como uma fonte de injustiça e desigualdade. A luta dos trabalhadores para romper com essa dinâmica é o objeto de sua teoria política e econômica.

Compreendendo a internet como um espaço ainda livre e possível para reflexões e debates em torno de temas sensíveis para a sociedade, ativismos de toda ordem ocupam seus espaços e ganham seguidores. As plataformas digitais têm sido tão relevantes que há suspeição na sua participação decisiva em eleições nacionais em alguns países. Não obstante, tornou-se também uma arena de disputa da hegemonia e das narrativas. O racismo, bem como o sexismo, são promotores e mantenedores das desigualdades no Brasil (Carneiro, 2011), e a voz de grupos historicamente marginalizados nos dá a possibilidade de compreensão da realidade a partir de uma outra ótica, uma outra epistemologia. Nesse sentido, um dos desdobramentos futuros desse trabalho é perceber se é possível que a branquitude enquanto grupo social privilegiado possa reconstruir as relações ético-sociais para compreender e agir no mundo a partir das contribuições do ciberativismo negro.

A pesquisa qualitativa tem o intuito de perceber as possíveis relações entre o ciberativismo negro e a branquitude, através do estudo do estado da arte das pesquisas sobre essa temática. Discutir teoricamente as teorias e concepções historicamente construídas e quais lacunas existem nessas perspectivas dentro de uma ótica decolonial do pensamento e afro centrado e mostrar os valores decoloniais de uma outra ética das relações sociais. Observado então esses dois elementos, a decolonialidade da produção e aplicação dos conhecimentos e o ciberativismo negro, posto de forma mais evidente nos

últimos tempos com o advento de uma certa forma de socialização da internet e das redes sociais, foi feita uma pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>1</sup> com a palavra-chave ‘ciberativismo negro’. O resultado da busca mostra o quanto ainda esse campo de pesquisa e investigação carece de maior atenção nos níveis de mestrado e doutorado. Apareceram apenas 10 resultados, a maioria concentrada nas instituições do sudeste do país, nas áreas de comunicação e ciências humanas de modo geral. Trabalhar os conceitos basilares dessa pesquisa, ciberativismo e branquitude, tem como intuito melhor delinear, a partir de uma observação histórico-crítica, como os novos espaços de construções de saberes e práticas são também possíveis espaços de (re) construção de sentidos e significados no que diz respeito às relações sociais modernas. Nesse sentido é imperioso uma ampliação dos debates, estudos, pesquisas e publicações a respeito tanto do tema do ciberativismo, bem como de sua articulação com a branquitude e seus efeitos nas relações cotidianas do mundo.

Um importante aspecto a ser considerado quando se faz uma pesquisa ou um debate acerca de grupos minorizados, é a relação interseccional, ao passo que as reflexões sobre raça estarão inevitavelmente atravessadas pela questão de gênero.

Portanto é imperioso contextualizar como o papel da mulher foi sofrendo modificações ao longo do tempo, em especial em momentos de transformação do processo produtivo.

(...) a Revolução Industrial fez com que a sociedade estadunidense passasse por uma profunda metamorfose. Nesse processo, as circunstâncias da vida das mulheres brancas mudaram radicalmente. Por volta dos anos 1830, o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionais das mulheres. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina (DAVIS, 2016, p. 44-45)

Vale ressaltar que nesse contexto as mulheres referidas são de classe média e tinha como pecha dentro da atual fase do capitalismo industrial o ser ‘dona de casa’, e, portanto, sofreram uma queda no prestígio social e econômico dentro e fora do lar. Com o tempo livre que passaram a ter, se tornaram ativistas de causas imediatas dentro de um espectro de reformismo social, inclusive na organização de campanhas abolicionistas. Importante perceber que o movimento de mulheres não é uniforme, visto a abissal diferença de

---

<sup>1</sup> <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=ciberativismo+negro&type=AllFields> acesso em 29/12/2022

realidade em que estavam, e estão, as mulheres brancas das mulheres negras. Nesse sentido, Davis vem nos mostrar que:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos, era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. 'Serviço doméstico' devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. (Davis, 2016, p.98)

Observando esse desenvolvimento histórico das desigualdades, caracterizados centralmente por uma questão étnico racial, mas compreendendo as diferenças de várias ordens entre Estados Unidos e Brasil, essa contribuição de Davis pode nos auxiliar à compreensão da formação cultural do nosso país, uma vez que há também por aqui a colonização cultural que, dentro do nosso contexto, reproduz práticas dos países hegemônicos. Por tanto as manifestações culturais são um forte elemento disseminação e/ou resistência de ideias e propostas. Clóvis Moura (2019) nos elucida do papel importante do que se convencionou chamar de imprensa negra, onde suas atividades até onde alcançaram no espaço e no tempo, cumpriram um papel social e ideológico dentro da comunidade negra, evidenciando discussões de suma importância, e, ao mesmo tempo, indagar por que em um país que se diz uma democracia racial há necessidade de uma imprensa alternativa capaz de refletir especificamente os anseios e reivindicações, mas, acima de tudo, o *éthos* do universo dessa comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor que os setores deliberantes da sociedade achavam ser estigma e elemento inferiorizador para quem a portasse. Compreendendo essa realidade socioeconômica, fruto de um processo histórico secular, onde os reflexos têm frutos até os dias de atuais, o reconhecimento de um lugar privilegiado de acessar e ocupar determinados espaços sociais e de poder, nos fazem perceber que:

Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizou outras experiências do conhecimento (Ribeiro, 2017, p. 24-25)

A mulher então sofre de um apagamento de sua existência no sentido epistêmico, cultural e social, se tornando o que para Simone de Beauvoir (2017), é o Outro por não ter reciprocidade no olhar do homem. Mais adiante Grada Kilomba (2019) sofisticada a análise

sobre a categoria do Outro, quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese da branquitude e masculinidade.

O fato de a branquitude partir de um lugar privilegiado de acesso e manutenção nos aparelhos sociais e culturais, como por exemplo ter acesso a espaços públicos e privados de disseminação de ideias, não significa que a reflexão histórico-crítica sobre essa situação específica deva ser feita no campo de uma experiência individual, mas de condições sociais que permitem ou não o acesso a esses lugares de cidadania. É necessariamente um debate estrutural, entendendo o lugar social que certos grupos ocupam, restringindo, assim, as oportunidades a outros grupos historicamente marginalizados. Portanto, as experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente.

Djamila Ribeiro (2017) nos fala que, quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. E, por tanto, um grupo privilegiado pode acessar espaços público e privados, dentro de instituições ou movimentos para tratar de questões da negritude, uma vez que, absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. A autora propõe essa reflexão quando diz que:

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2017, p. 86).

Mesmo assim, com toda uma formação formal e informal no campo da educação, a perspectiva branca ainda traz estigmas sobre as possibilidades teórico-conceituais que a população negra desenvolveu e desenvolve até os dias de hoje mesmo com todas as opressões. Dito isto, é comum perceber uma dificuldade em se reconhecer como a não referência de determinados temas, o que causa grande incômodo, como nos mostra a escritora bell hooks (2019). Muitos deles ficam chocados ao ver que pessoas negras pensam criticamente a respeito da branquitude porque o pensamento racista perpetua a fantasia de que o Outro que é subjugado, que é sub-humano, não tem a habilidade de compreender, de entender, de ver os feitos dos poderosos.

O modo de produção capitalista como um desenvolvimento/continuidade do colonialismo, dá ao mundo um novo modelo de administração, onde o silenciamento, a invisibilidade e o extermínio são práticas não somente comuns, mas legalmente condescendentes. Essa realidade é vista por todo mundo mais em especial no Brasil, as grandes metrópoles como o Rio de Janeiro, e nesse quesito não se trata somente de biopoder e nem de biopolítica quando se fala da experiência do colonialismo e do apartheid, mas daquilo que Achille Mbembe chama de necropoder e necropolítica em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis (Almeida, 2019).

Num segundo momento, com o advento das novas tecnologias e redes sociais para o contato com pessoas dos mais variados campos e lugares, iniciei uma busca mais detida por pessoas e grupos nas redes sociais, principalmente o Instagram, que de alguma forma, através da militância ou do simples apresentar de seus trabalhos e conhecimentos, colocam nessas redes as suas formas de saber, sentir e interpretar o mundo. Ou seja, a partir do ciberativismo, acessei termos que iremos detalhar melhor no decorrer do trabalho, contato com novas epistemologias.

Esse contato mais próximo e profundo com as temáticas da negritude levou conseqüentemente a busca pelo entendimento do conceito de branquitude que também explicitarei melhor no decorrer deste trabalho. Essa observação é importante no sentido de ter uma coerência entre os objetivos da pesquisa e o trabalho em si. A pesquisa pode também contribuir para possíveis debates que surgirão, onde branquitude enquanto categoria conceitual, se relaciona com o ciberativismo da negritude e as possíveis contribuições para a transformação de paradigmas históricos relacionados à branquitude e sua concepção colonial do saber.

Partindo da ideia de que a internet é um espaço de livre reflexões dos mais variados espectros, esse vulto toma uma dimensão a ser considerada em todas as análises sociais modernas. Não obstante, tornou-se também uma arena de disputa da hegemonia e das narrativas. O racismo, bem como o sexismo, são promotores e mantenedores das desigualdades no Brasil (Carneiro, 2011), e a voz de grupos historicamente marginalizados nos dá a possibilidade de compreensão da realidade a partir de uma outra ótica, uma outra epistemologia. Nesse sentido, compreender os conceitos dentro de uma realidade complexa, e analisar a ocupação dos espaços virtuais, me motivou a iniciar uma pesquisa dentro do universo virtual que, pelo artifício da internet, tem um alcance muito amplo. E também, para conseguir alcançar o objetivo do trabalho, é fundamental perceber, traçando

um paralelo entre as ações virtuais no ciberativismo, seus possíveis reflexos no mundo real, que pode desdobrar e se materializar de diversas maneiras, como organização de movimentos sociais até a definição de políticas públicas.

O sujeito branco se viu diante de uma realidade nunca antes exposta. Importante destacar a diferença conceitual entre branquitude, uma ideologia, e sujeitos brancos, que são forjados dentro de uma perspectiva da branquitude, mas que podem perceber criticamente sua realidade e seu lugar no mundo, observando a herança que trás de todo processo colonialista, permitindo a ele inúmeros privilégios que segregam ainda mais a sociedade pelo elemento racial. Reconhecer meu lugar de privilégio e o papel que isso cumpriu e cumpre ao longo da história, trouxe num primeiro momento a desmistificação de inúmeras contradições sociais, econômicas, culturais entre outras. Consequentemente me trouxe o reconhecimento do meu papel no entendimento e luta pela destruição de práticas e sistemas racistas. Evidentemente que esse debate já vem sendo acumulado pelo movimento negro há muitas décadas e ignorado pela branquitude, nesse sentido o avanço de novas mídias digitais, reinventou as formas de comunicação, fazendo com que todos se adaptassem aos novos tempos.

A colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal (Aimé Césaire, 2018, p. 23)

O objetivo geral dessa pesquisa é perceber as relações entre o ciberativismo negro e a branquitude, através do estudo do estado da arte das pesquisas sobre essa temática. Nesse sentido, busca-se discutir teoricamente as concepções historicamente construídas e quais lacunas existem nessas perspectivas dentro de uma ótica decolonial do pensamento e afro centrado. Também buscaremos perceber se é possível que a branquitude, enquanto grupo social privilegiado, possa reconstruir as relações ético sociais para compreender e agir no mundo a partir das contribuições do ciberativismo negro.

Especificamente, o trabalho contribuirá para expor o lugar de fala privilegiado da branquitude a partir da compreensão de conceitos que se desvelam a partir da pesquisa sobre ações antirracistas de pessoas negras dentro do universo virtual. Ao observar os perfis de ciberativistas negros e analisar o uso dos espaços virtuais dentro de suas devidas

temáticas e embasamento teóricos, é possível trazer reflexões ético-morais para a branquitude. Não obstante, é imperioso traçar um paralelo de qual é a medida entre as ações virtuais dentro do ciberativismo e seus desdobramentos no mundo real.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, cabe destacar que esta é uma pesquisa qualitativa, de abordagem teórica, com uma revisão bibliográfica, na qual realizamos um estudo do estado da arte de pesquisas com a temática do ciberativismo negro.

Alinhado com o objetivo deste trabalho e com a concepção de 'campo-tema' feito por Spink, o método adotado teve como propósito ser capaz de apreender os significados e sentidos que a categoria raça tem na constituição da subjetividade, no cotidiano, no dia a dia, nos discursos, nas conversas e nas atitudes de formuladores e consumidores desses conteúdos produzidos. O método qualitativo então, nos pareceu como a melhor opção para apreensão desses conceitos pois a abordagem qualitativa caracteriza-se por procurar formas para compreender o processo pelo qual as teorias constroem significados e os descrevem. Portanto, a unidade de análise são os estudos, não a subjetividade das pessoas.

O uso do estudo bibliográfico na busca da compreensão de conceitos como o ciberativismo negro é extremamente importante para o trabalho, pois cria uma abertura ao entendimento do fenômeno do racismo que também está presente no universo virtual e real dos produtores de conteúdo negros, sendo essa experiência não um acontecimento momentâneo ou pontual, mas é uma experiência contínua que atravessa a biografia dos indivíduos, envolvendo sua memória e história.

Compreender a partir disso como o ciberativismo negro é compreendido tanto por quem produz como por quem consome, mas, essencialmente quais são os reflexos da sua ação, de toda natureza, fora do mundo virtual e se existe assim, uma percepção por parte da branquitude em torno dos conteúdos produzidos. Os achados da pesquisa serão discutidos teoricamente tentando, portanto, saber se a teoria que a subsidia, dá conta dos achados e, também, quais lacunas existem nessas perspectivas para se pensar na contemporaneidade dos conceitos de ciberativismo e branquitude. Nesse sentido toda revisão bibliográfica contribuirá para a percepção de possíveis mudanças paradigmáticas no pensamento e/ou práticas de pessoas que acompanham esses perfis de pessoas negras, em especial a branquitude, na medida em que possamos identificar significativas

contribuições ao pensamento moderno, ligado diretamente às áreas do conhecimento da sociologia, antropologia e comunicação.

## 2 – O CIBERATIVISMO NEGRO

Ainda que o termo ciberativismo seja, na atualidade, muito difundido, entre profissionais da comunicação e pela população em geral, em que seu uso passou a ser popularizado principalmente na década entre 2010 e 2020, não há na academia um consenso sobre o seu significado, bem como não se tem um montante significativo de pesquisas relacionadas ao tema, e menos ainda quando se acrescenta o termo negro. Na tentativa de dar um significado ao ciberativismo, algumas tentativas foram realizadas por autores e pesquisadores como Tarcízio Silva e Francisco José Paoliello Pimenta, que esbarram em questões que merecem ser debatidas. Por terem sido formuladas na primeira fase da web, desconsideram características que são encontradas já na web 2.0, como o surgimento dos sites de redes sociais, o uso dos blogs e seus derivados (canais de vídeos, podcasts, entre outros) como plataforma de divulgação, informação e mobilização, com potencialidade de comunicação todos-para-todos, entre outros pontos.

O conceito de ciberativismo surgiu a partir dos avanços tecnológicos que permitiram a conexão global de indivíduos, possibilitando a mobilização para ações sociopolíticas através da internet. O filósofo francês Pierre Lévy enfatiza que, com a criação de novas ferramentas e dispositivos tecnológicos, é possível desenvolver uma nova forma de cidadania, baseada na participação ativa, crítica e criativa no cenário político contemporâneo. Para Lévy (2010), o ciberativismo é fundamental para a democracia do século XXI, pois possibilita uma participação direta dos cidadãos na vida política, permitindo a expressão de suas opiniões e demandas. Essa interação entre indivíduos e governo tem o potencial de transformar as relações de poder, democratizando processos políticos e de tomada de decisão.

O cenário atual é de grande complexidade, em que as instituições tradicionais do poder político nem sempre correspondem às expectativas da sociedade. O ciberativismo surge como um instrumento para a transformação dessa realidade, permitindo que a voz da população seja ouvida, atuando como um canal alternativo para a construção do conhecimento coletivo. Contudo, o ciberativismo também apresenta desafios, sendo importante ponderar sobre os riscos do uso excessivo da tecnologia e a sua mediação sobre a construção do conhecimento. É fundamental refletir sobre como a tecnologia pode ser utilizada para a promoção do diálogo e da transformação social, e não para a perpetuação das desigualdades e opressões existentes.

Assim, o conceito de ciberativismo não se limita à utilização da tecnologia para a participação política, mas sim a uma nova forma de cidadania, que busca a transformação da sociedade a partir de práticas participativas, críticas e criativas. É necessário que o ciberativismo seja compreendido como um processo contínuo de engajamento político que requer uma reflexão cuidadosa sobre as formas de ação e os objetivos a serem alcançados

Por meio disso, já é possível ter uma primeira definição, ainda passível de aprimoramento, em que a utilização de sistemas mecânicos que simulem comportamento de seres vivos, ou de universos virtuais para, deliberadamente agir com o propósito de interferir na formação da cultura e da sociedade visando a alcançar uma meta. Não podendo, portanto, ser estático, estando em constante transformação, em um certo caráter processual evolutivo, dentro de uma razoabilidade concreta.

Os ciberativistas, guiados por um ideal, suas ações e seus pensamentos serão direcionados em busca de alcançá-los, seja em uma esfera micro, de tal forma que modifiquem seus próprios hábitos, seja em uma esfera macro, em processos ativistas, em busca das transformações pretendidas. Assim, toda ação ativista deve buscar algo coletivo, e não algo que atenda aos desejos do seu próprio ego. Em essência, ciberativistas derivam, portanto, basear-se em um ideal que norteia esse coletivo. As condutas dos membros desses grupos partem desses princípios, em busca do que é certo, segundo ele, visando a promover essa mudança de hábitos de pensamentos e de ação. Essa inteligência coletiva, formada pelas pessoas que pertencem a esses grupos e as que desejam atingir com seus processos ativistas, pode então ter maior aproximação à lógica subjacente ao universo, a fim de diminuir uma desarmonia existente na sociedade.

Embora o conceito de ciberativismo em Pierre Lévy não esteja diretamente relacionado à branquitude, é possível estabelecer uma conexão entre os dois conceitos a partir de um olhar crítico sobre as relações de poder presentes na sociedade. A branquitude pode ser entendida como um sistema de privilégios e poder que beneficia os indivíduos brancos em detrimento de outras raças e etnias. Isso significa que, na prática, pessoas brancas têm mais oportunidades e acesso a recursos e influência política do que pessoas não brancas. No contexto do ciberativismo, é possível observar que a participação política no ambiente virtual pode ser marcada também pela branquitude, reproduzindo desigualdades e privilegiando determinados grupos em detrimento de outros.

Por exemplo, pode ocorrer uma maior visibilidade e reconhecimento para determinados movimentos sociais que são liderados por pessoas brancas, em detrimento

de organizações lideradas por pessoas não-brancas. Também pode haver o risco de que a tecnologia seja utilizada como instrumento para a violência e a discriminação. Nesse sentido, a reflexão sobre a relação entre ciberativismo e branquitude pode colaborar para uma conscientização das desigualdades e injustiças presentes na sociedade, e conseqüentemente, um engajamento mais crítico e ativo na luta por direitos e transformação social.

Para isso proponho também mobilizar reflexões acerca da temática do racismo, que de alguma forma migrou para as redes sociais como veremos adiante, mas também, mostrará que nos espaços virtuais, outras experiências pessoais tais como o machismo, classismo, lesbofobia, transfobia, gordofobia, são também combatidas pela atuação majoritariamente de mulheres negras<sup>2</sup> em atuação na web, que vem desenvolvendo uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação eurocêntrica. Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado, mostra a construção do outro como não-ser como fundamento do ser, apontado que

O dispositivo de racialidade/biopoder operando na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo contrato racial que define as funções (atividades no sistema produtivo) e papéis sociais, este recorte interpretativo localiza neste cenário o epistemicídio com um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder (Carneiro *apud* Barros, 2020, p.205)

Há ainda um outro fator de mudança estrutural no período que nos interessa na compreensão do assunto em perspectiva, a expansão do uso da internet por meio de computadores pessoais e smartphones. A expansão do acesso da população de baixa renda à internet teria se dado a partir de meados dos anos 2000, período de relativo aquecimento econômico que aumentou o poder de consumo e o acesso ao crédito pelos setores mais pobres (Oliveira, Lima, 2020). Ainda não existem informações detalhadas sobre o acesso da população negra às tecnologias e às ferramentas fornecidas pela internet ou sobre seus hábitos de uso. Há dados mais gerais sobre exclusão digital como a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), uma análise das condições de vida da população brasileira de 2016, produzida pelo IBGE, que revela que 60,8% da população classificada como preta e parda não tinha acesso à internet em seu domicílio no ano de 2013. A SIS publicada em 2017 fez a divisão por sexo e raça onde se constatou que 37,3% das mulheres

---

<sup>2</sup>[https://www.geledes.org.br/formas-contemporaneas-de-racismo-e-intolerancias-nas-redes-sociais/?gclid=CjwKCAjw5pShBhB\\_EiwAvmnNV4XC896i4M7VdqJ5\\_7aWMEV0A8JqdgTCKpjwFE44vfqXwRSUju6\\_pBoCpssQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/formas-contemporaneas-de-racismo-e-intolerancias-nas-redes-sociais/?gclid=CjwKCAjw5pShBhB_EiwAvmnNV4XC896i4M7VdqJ5_7aWMEV0A8JqdgTCKpjwFE44vfqXwRSUju6_pBoCpssQAvD_BwE)

pretas e pardas e 39,1% dos homens pretos e pardos não tinham acesso à internet contra 24,5% das mulheres brancas e 24,7% dos homens brancos. A SIS de 2018 apresentou recuo nesses índices tanto entre brancos quanto entre negros. Nessa última aferição 29,3% das mulheres pretas e pardas e 30,9% de homens pretos e pardos não tinham acesso à internet, contra 19% de mulheres brancas e 19,1% de homens brancos. Pesquisas como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), o acesso à internet e à televisão e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal em domicílios, não fazem recorte de raça. No que diz respeito às mulheres negras especificamente, o Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (2013) do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) avaliou a exclusão digital desse segmento populacional a partir da posse de computadores em domicílio e do acesso a internet, e concluiu que os domicílios chefiados por mulheres negras são os que mais carecem desses recursos em comparação com domicílios chefiados por homens negros, mulheres brancas e homens brancos. Esses dados vão ao encontro às informações fornecidas pelo SIS de 2018 do IBGE na sessão que discute restrições de acesso em múltiplas dimensões, que apontam os domicílios chefiados por mulheres negras como as que apresentam maiores restrições de acesso à moradia adequada, educação, proteção social, serviços de saneamento básico e comunicação.

Através das políticas de ação afirmativa e, por conseguinte a ampliação da população negra no ensino superior, Malta e Oliveira (2016), nos mostra que fortaleceu o desejo dessa camada populacional em se ver representada positivamente em narrativas e espaços em que ainda hoje são invisíveis, como a história oficial, a grande mídia, os lugares legitimados de produção do conhecimento. O advento da internet com suas ferramentas de produção de conteúdo, portanto, permite que a produção e sistematização de conteúdos tornem-se acessíveis para que negros e negras atuassem nas reivindicações do protagonismo de suas próprias histórias.

As tecnologias estão carregadas com as visões políticas, econômicas e culturais de quem as cria - e esse poder hoje está centrado nas mãos de homens, brancos, heterossexuais, classe média/ricos. Isso já potencializa uma grande desigualdade, em um mundo cada vez mais digital. Se as mulheres negras não estiverem nesse processo, se não existirem ações para que elas estejam nesse processo, vamos perder totalmente nosso poder de integração no mundo (Oliveira, Lima, 2020 p.222).

Essa pesquisa abre precedentes para mais estudos, mais amplos e profundos nesta área, uma vez que há inúmeras variáveis de estudo sobre as relações de trabalho na era

das tecnologias digitais. Infelizmente, há ainda uma insuficiência de dados que forneçam detalhes sobre os modos como a população negra acessa as tecnologias e os usos que faz dessas ferramentas seja em âmbito pessoal, profissional, acadêmico ou político, pois são informações que recém têm tomado as preocupações de órgãos como IBGE E IPEA, mostrando mais uma vez que os avanços sociais nem sempre são acompanhados de reflexões e ações contundentes por meio de políticas públicas para sanar iniquidades de toda ordem.

Ainda dentro desse espectro é imperioso compreender a realidade experienciada do racismo, em seus múltiplos aspectos subjetivos, as experiências subjetivas, as lutas, o conhecimento, a compreensão e os sentimentos das pessoas negras no que diz respeito ao racismo, assim como as cicatrizes psíquicas que o racismo nos causa, tem sido amplamente negligenciado. Tais fatores só se tornam visíveis nas esferas públicas e acadêmicas quando a normalidade da cultura nacional branca é subitamente perturbada, quando as experiências da população negra com o racismo colocam em risco o conforto da sociedade branca. Nesse momento, a população negra e sua realidade com o racismo se tornam visíveis, falados e até mesmo escritos, porque tal realidade desconfortável perturba a estável imunidade branca. Como nos elucida Tarcízio Silva (2020), os mais inocentes e os mais cínicos convergiram publicamente a acreditar ou defender que a abundância na geração de dados e a capacidade computacional para analisá-la levariam ao fortalecimento da produção democrática de conhecimento sobre as questões públicas.

Contudo, o crescimento exponencial vivenciado por esta tecnologia digital ao longo do passado recente trouxe também a reboque o crescimento de outro fenômeno social em escala global: a manifestação aberta de uma variedade de discursos de ódio e intolerância no ambiente virtual<sup>3</sup>.

---

### 3 Domínios com mais páginas por racismo

1. Facebook com 45665
2. Orkut com 19216
3. Twitter com 10377
4. Youtube com 2489
5. Instagram com 1914
6. Globo.com com 1865
7. Ask.fm com 1402
8. Uol.com.br com 1195
9. Yahoo.com com 1041
10. Silviokoeri.org com 647

Fonte: <https://indicadores.safernet.org.br/> acesso em 28/12/2022

Dentro de uma observação das manifestações do racismo brasileiro nas redes sociais de fato a web é um espaço em que tanto raça quanto racismo são particularmente significativos; e o maior capital econômico e cultural dos brancos lhes permite maior acesso a esta tecnologia (Kettrey, Laster, 2014). A maior facilidade de acesso, tem como consequência natural que este grupo racial hegemônico consiga impor sua própria visão de mundo e crenças sobre si próprios e sobre 'os outros' a partir de uma perspectiva dominante e hegemônica.

Isso significa que a retórica pejorativa explora e amplifica as diferenças percebidas entre os grupos raciais para destacar os atributos negativos como de pessoas sem educação e sem atrativos e, em vez disso, reafirmar as condições normativas e privilegiadas dos grupos hegemônicos. Nesta dinâmica relação binária e antagônica, negritude é sempre retratada como maligna, irracional e não-escolarizada em contraste com a branquitude (Yoon, 2016). Ao contrário das formas de comunicação anteriores, espalham expressões de ódio globalmente. Assim, quando o racismo se espalha online, fomenta comportamentos que prejudicam a igualdade racial, e o ambiente online desempenha um papel fundamental na reprodução do racismo. As novas tecnologias virtuais facilitam a disseminação de mensagens racistas de natureza prática e não utilitária. A internet pode servir como ferramenta para reforçar mensagens coletivas e até mesmo inspirar violência por meio de postagens implícitas e explícitas. É público que na web a gestão em todos os níveis está sob o poder capital de pessoas brancas no que tange a propriedade, administração, participação e representação e isso tem assim criado novas formas de segregação e desigualdades sociais. Assim, a presença e a admissão do discurso de ódio influenciam ações diretas que podem intensificar as desigualdades estruturais.

E nesse processo de internalização de uma suposta inferioridade das pessoas negras, motivada especialmente por uma questão da cor, impulsiona a reprodução e manutenção do racismo estrutural ao longo das gerações. Existem ainda poucas pesquisas que examinam o impacto do racismo naqueles que o põem em prática, mas que não é o escopo deste trabalho. Assim, quanto permitido, o discurso racista se torna legitimado (Dijk, 2005), frequentemente em nome da liberdade de expressão e eventualmente institucionalmente direcionado à exclusão e discriminação sistêmica de determinados sujeitos (Loury, 2005). Usado com um instrumento de intimidação e ameaça, o discurso racista frequentemente conduz ao silenciamento e isolamento de suas vítimas.

Ambientes online desempenham um papel fundamental na reprodução do racismo. As novas tecnologias virtuais facilitaram a disseminação de mensagens racistas de natureza 'prática e não-prática' (Rajagopal, 2002). A Internet pode servir como ferramenta para reforçar mensagens coletivas e até mesmo inspirar violência por meio de postagens implícitas e explícitas. Meios de organização e transformação, particularmente no contexto de identidades racializadas e antirracismo, por meio da gestão e engajamento em plataformas de mídia, empreendedorismo digital e treinamento em jornalismo, os jovens afro-americanos estão cada vez mais engajados em formas inovadoras e criativas de expressar seus Antirracismo digital institucional para expressar quem são e reafirmar seus esforços antirracismo digital institucional no espaço e na sociedade.

Os esforços digitais antirracistas dos jovens começam a interromper narrativas opressivas e a combater a exclusão, localizando suas perspectivas e contribuições sociais em conversas que não tem limites predeterminados, criando um sentimento de propriedade e pertencimento e fornecendo uma identidade que alinha sua verdadeira identidade com identidades socialmente prescritas e coordenadas. O ativismo digital antirracismo capacita os jovens a incorporar sua própria construção social e contribuir para seu crescimento e inclusão na sociedade. Redes de ativismo existentes e tentativas de corrigir falhas na versão acadêmica da história ensinada nas escolas. Ao se movimentarem para ocupar espaços de poder tanto online como off-line, os jovens negros, e predominantemente mulheres, estão indo além da tentativa de combater o racismo, ao invés disso, eles estão reivindicando representações de si mesmos e contribuindo para a emergência de uma nova cultura, perturbando o que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie chama de o perigo de uma história única.

Ainda que haja no interior da academia um debate de possíveis conflitos epistêmicos sobre o papel da internet na relação, intensificação ou erosão de grupos identitários e suas controvérsias, esse é um debate muito mais sobre comunicação e cultura digital que não iremos suprir nesse texto.

Os sistemas algorítmicos tomam decisões por nós e sobre nós com frequência cada vez maior. A autoridade é crescentemente expressa algorítmicamente. Decisões que eram normalmente baseadas em reflexão humana agora são feitas automaticamente. Os softwares codificam milhares de regras e instruções computadas em uma fração de segundo (Pasquale, 2015). Estas decisões trazem impactos em diferentes níveis de imediaticidade e sutileza, podendo modular o comportamento e condutas de seus usuários

(Silveira, 2017) de forma discreta, na maioria dos casos para reproduzir relações de poder e opressão já existentes na sociedade. Daniels, Nkonde e Mir (2019) apontam três fundamentos essenciais para a literacia midiática sobre a relação entre raça e tecnologia: compreensão intelectual de como o racismo opera em algoritmos, plataformas e afins; inteligência emocional para agir em situações especialmente problemáticas em organizações; e por fim, o compromisso de tomada de ações para deduzir o dano a comunidades (Silva, 2020).

Há anos, o feminismo negro é uma das principais estratégias de comunicação lançadas pelo ativismo de mulheres negras brasileiras na internet para combater o racismo e fortalecer seu domínio. O ativismo online do feminismo negro produz centenas de debates, principalmente com cursos de formação, em que o protagonismo de mulheres negras e suas epistemologias ainda não são consideradas com um saber aceito na academia para se transformarem em dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos em periódicos e congressos voltados a entender o que esse fenômeno causou em nossa história. As pesquisas no campo do ciberfeminismo têm apontado questões sobre a lacuna digital de gênero e as fraturas tecnológicas de gênero que são conceitos-argumentos fundamentais para pesquisadores latinos. Discussões sobre acesso, uso e sistemas de produção renderam resultados intelectuais e, no campo do ativismo, aumentou a conscientização de que as mulheres têm o direito de questionar esse poder.

Acontece que se a ciência não é para todos, a tecnologia não é para todos. A tecnologia não seria horizontal se a ciência classificasse as disciplinas que estuda. Então, se o negro for considerado subumano pela ciência, não poderemos usar a tecnologia, seremos simplesmente usuários/produtores de informações privadas monitorando o capitalismo, uma melhoria sobre os controles que o capital já exerce. Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes (Collins, 2000). Porque nos falta controle sobre tais estruturas, a articulação de nossas próprias perspectivas fora de nossos grupos torna-se extremamente difícil, se não irrealizável (Kilomba, 2019). Teria o ciberativismo um papel importante de mudança dessa realidade? Ou não afetaria as estruturas de poder?

Perspectivas decoloniais de enxergar e discutir a realidade que não estejam dentro de uma lógica dominante na academia é quase sempre sumariamente descredenciada enquanto ciência. E, nesse sentido, as relações raciais de poder, ou seja, o grupo

hegemônico na academia, branco, define a partir da sua ótica, o que pode ou não ser verdade. Os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional - a chamada epistemologia - refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca.

Nesse sentido, o grande levante na internet de feministas negras jovens no Brasil ficou robusto nesta segunda década dos anos 2000. Existem muitas narrativas em separado de mulheres negras que já estavam atuando na internet pautando raça e gênero por meio de blogs, fotologs, sites, grupos no Orkut, nos IRCs, e demais espaços on-line. O pensamento feminista negro foi alimento para a formação de intelectuais ativistas negras online que difundiram conceitos básicos da epistemologia negra pela internet e trouxeram para a cultura digital as questões do racismo-cis-sexíssimo manifestadas no campo das décadas anteriores. Mesmo sem nenhuma tentativa de romantizar a internet, sua expansão no Brasil, sem dúvida, permitiu que livros, artigos, vídeos e outros conteúdos chegassem a mais pessoas, mesmo com um atraso de 20 a 30 anos.

No Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras do Brasil, do IPEA de 2013, percebemos o quanto o feminismo negro digital potencializou as redes, as tecnologias de comunicação e a busca por autonomia de mulheres negras, criou as possibilidades do fazer, de usar a internet para fortalecer trabalhos, mostrar-se, apresentar-se como profissional, artista, intelectual em espaços online já que empresas não contratavam estas mulheres para seus staffs. Entretanto, longe de ser utopia ou limbo, a internet como qualquer âmbito da esfera pública é lócus de controvérsias, de desalinhos, de disputas e lutas. Nenhum direito está assegurado na internet apenas porque ela pareceu ser o ápice da democratização da comunicação em seus anos iniciais.

Outras ações no campo do ciberativismo que vão além de campanhas contra todo tipo de violência, como questões de visibilidade, representatividade, relacionados a gênero e raça. A linguagem e a ação transformadora dessa intelectualidade trazem na prática aquilo que Sueli Carneiro sinalizou em sua tese: a importância do protagonismo intelectual de pessoas negras. Em torno de todos esses elementos, uma série de questões estão postas de forma pertinente e atuais como por exemplo, quem tem o poder da informação? Se o racismo é um sistema de dominação, esse sistema de dominação passa pela mídia, incluindo as redes sociais? Como que a imagem do ser negro dentro desse sistema midiático, que também faz parte de um sistema de poder racial, como são transmitidas as ideias do ser negro (a)? Qual seria o papel da branquitude dentro da perspectiva de Cida

Bento no que tange ao pacto narcísico da branquitude e o racismo midiático? Qual a relação entre mídia e racismo a partir da ideia de concentração econômica dos meios de comunicação e da visão estereotipada sobre o que é ser negro? É fundamental conhecer e aprofundar no entendimento da perspectiva crítica sobre mídia e racismo a partir do conceito de pacto narcísico elaborado por Cida Bento. A mídia deve privilegiar a contribuição cultural nacional. De acordo com o pensamento hegemônico, que pensa o Brasil enquanto uma democracia racial, diz que o povo brasileiro é miscigenado entre europeus, africanos e indígenas. Nesse sentido os serviços midiáticos de comunicação em massa, concedidos pelo estado, estão representando essa cultura? Quais são os sentidos do ser negro na mídia? A mídia reforça o estereótipo do negro como potencial criminoso?

Compreendo então que o ciberativismo negro e a branquitude são conceitos que estão intimamente ligados. Enquanto o ciberativismo negro é uma forma de resistência e busca pela justiça social, a branquitude é uma construção social que perpetua a opressão e o privilégio branco. A partir das observações da obra de Tarcízio Silva em seu livro "Ciberativismo Negro: resistência e mobilização na era digital", a branquitude é uma lógica dominante que molda as relações sociais e exerce poder sobre as demais raças. Ele argumenta que a branquitude se manifesta no racismo institucional e no discurso hegemônico da supremacia branca, que se espalham por todos os setores da sociedade. Como resultado, o ciberativismo negro é uma forma de resistência contra essa lógica dominante, utilizando a tecnologia para combater o racismo e promover a igualdade racial.

Uma outra contribuição importante que trago para a reflexão na obra Lourenço Cardoso, em seu livro "Cibercultura Negra", complementa essa discussão, explorando o papel das tecnologias digitais na produção e reprodução da branquitude e do racismo. Ele argumenta que a tecnologia não é neutra e pode ser utilizada para perpetuar o racismo e a exclusão social. Por isso, o ciberativismo negro tem sido uma importante estratégia para subverter a lógica dominante e construir novas narrativas sobre a experiência negra na sociedade.

No entanto compreendo que, tanto Silva quanto Cardoso ressaltam que o ciberativismo negro enfrenta desafios significativos quando se trata de superar a branquitude. A falta de representatividade negra na indústria de tecnologia, por exemplo, compromete a diversidade de perspectivas e contribui para a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Além disso, a internet não é um espaço seguro e livre de discriminação, e

a violência digital pode ser ainda mais velada e difícil de combater do que aquela que ocorre na vida off-line.

Diante desses desafios, é fundamental que o ciberativismo negro continue a se fortalecer e se expandir, buscando novas formas de atuação e articulação. É necessário ampliar o acesso aos recursos tecnológicos e fortalecer a presença negra em setores estratégicos da indústria de tecnologia, como forma de aumentar a diversidade de perspectivas e garantir que as experiências negras sejam reconhecidas e valorizadas.

## **2.1. O ciberativismo no mundo moderno**

No Brasil, por meio de um clique, é possível organizar um movimento de conscientização sobre temas importantes como o desmatamento da Amazônia, o desarmamento mundial e a luta pela igualdade de gênero. Por meio de plataformas de mídia social, como Twitter, Facebook, Instagram e outras, é possível criar campanhas para conscientizar o público sobre esses temas. Além disso, é possível enviar mensagens diretas a líderes políticos e celebridades, com o objetivo de pressioná-los a tomar medidas para solucionar os problemas. Por meio do uso da tecnologia, também é possível organizar manifestações, formar grupos de apoio e compartilhar informações importantes com milhares de pessoas.

Importante também nos atentarmos para a necessidade de se pensar os processos de ação coletiva e movimentos sociais através dos usos e criatividade dos atores, desde a produção de conteúdos, à construção de identidades, até a produção de conhecimento. Neste sentido, o trabalho destaca a importância de se repensar a democracia a partir da interação, da mobilização, da participação e da deliberação dos sujeitos na esfera pública interconectada.

Nessa direção, a metodologia aplicada foi a análise bibliográfica, que possibilitou identificar e analisar teorias existentes sobre o tema. Essa abordagem permitiu entender como se desenvolve o ciberativismo e quais são as principais características dessa forma de ação coletiva. A análise documental também permitiu estabelecer relações entre as teorias dos movimentos sociais e os usos da comunicação digital para fins de mobilização e de ação coletiva. Por meio dessa abordagem, acordou-se que o ciberativismo é uma forma de ação política que utiliza os meios digitais como ferramentas para se organizar, se comunicar, mobilizar e agir coletivamente. Por outro lado, as ações também constituem meio de comunicação entre os membros do movimento, estruturando e reforçando os laços

sociais entre eles e a identidade coletiva. Assim, os repertórios são ferramentas através das quais os movimentos sociais constroem suas identidades e se conectam com a sociedade como um todo.

Em segundo lugar, podemos citar os repertórios ciberativistas. Estes são um conjunto de ações na internet que têm como objetivo denunciar ou promover uma causa ou um movimento. Estas ações incluem o uso de redes sociais, campanhas de assinatura, organização de protestos virtuais e até mesmo ações de hacktivismo. No entanto, é importante entender que, como qualquer outro repertório, estas ações também são produtos das interações entre os atores. Isso significa que o uso destas ferramentas só se torna eficaz quando é realizado de forma consciente e com a compreensão dos recursos que ela oferece e dos efeitos que ela pode produzir.

Neste sentido, é importante enfatizar que, ao contrário do que se pensa, esses repertórios não surgiram apenas com o advento da internet, mas, sim, a partir de um processo de interações sociais e de diálogos mediados comunicativamente. Assim, é importante ressaltar que esses repertórios ciberativistas não são necessariamente produto da nova tecnologia, mas, sim, produtos mediados comunicativamente.

A partir da perspectiva aqui desenvolvida, entretanto, pode-se observar que o surgimento de repertórios ciberativistas não se dá isoladamente, mas sim como resultado da interação entre os atores e as tecnologias. Assim, as análises não podem se restringir aos repertórios que se materializam e/ou são realizados no ambiente digital, mas devem ter em conta as relações sociais e interações comunicativas que constituem esses repertórios.

Em resumo, a comunicação como um recurso necessário para movimentos sociais para intervir nos debates públicos. A mídia de massa é entendida como um espaço limitado e seletivo de transmissão de informação e a concepção de comunicação segue a noção de organização como forma de mobilizar recursos. A noção de identidade coletiva de Melucci (2002) é vista como uma formulação interativa e compartilhada que orienta as ações e Scherer-Warren (1993) tem quatro níveis constitutivos das redes de movimentos sociais que visam os processos interativos e subjetivos da constituição das redes. Além disso, as novas tecnologias de comunicação facilitam a comunicação Inter rede, a construção de redes de articulação entre pessoas e movimentos.

De acordo com a Teoria da Mobilização de Recursos, a comunicação é importante para os movimentos sociais pois permite que eles alcancem um público maior, influenciam

as autoridades políticas, e criam uma narrativa que possa ser difundida pela mídia. Além disso, os movimentos sociais também precisam empregar estratégias para influenciar o curso da mídia, pois ela é entendida como um espaço limitado e seletivo de transmissão de informação. A comunicação da TMR é entendida como um meio para mobilizar recursos econômicos, humanos e de comunicação para a ação. As Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) abriram espaço para pensar a comunicação a partir de uma perspectiva diferente, entendendo os movimentos sociais como redes de solidariedade. A organização em rede é vista como a própria experimentação de outra sociedade, sendo a comunicação, em seu sentido amplo e diverso, elemento central nessa tarefa. Os códigos culturais e a constante reformulação desses são o motor dos novos movimentos, usando a comunicação como principal meio para alcançar seus objetivos.

Assim, a comunicação, segundo essas perspectivas, é fundamental para a constituição da identidade coletiva. A comunicação, por meio das NTICs, possibilita o estabelecimento de conexões entre agentes e a partilha de narrativas, símbolos e ações. Esta comunicação interativa e compartilhada, por sua vez, contribui para a formação de uma identidade coletiva, que é orientadora das ações dos atores.

Aníbal Quijano é um sociólogo peruano que desenvolveu a teoria da mobilização, que se concentra na análise das formas de mobilização social e política em sociedades latino-americanas. Segundo Quijano (2014), a mobilização é um processo complexo que envolve a participação ativa de indivíduos e grupos em busca de mudanças sociais e políticas. A teoria da mobilização de Quijano destaca a importância da identidade coletiva na mobilização social. Ele argumenta que a identidade coletiva é construída a partir de experiências compartilhadas de opressão e exploração, e que a mobilização ocorre quando essas experiências são transformadas em uma consciência coletiva de injustiça e desigualdade. Quijano também enfatiza a importância da organização e da liderança na mobilização social. Ele argumenta que a mobilização bem-sucedida requer a criação de organizações eficazes que possam articular as demandas dos grupos mobilizados e fornecer liderança para a ação coletiva. Além disso, Quijano destaca a importância da solidariedade entre os grupos mobilizados. Ele argumenta que a mobilização bem-sucedida requer a construção de alianças entre diferentes grupos que compartilham experiências de opressão e exploração, mas que podem ter interesses e objetivos diferentes.

Em resumo, a teoria da mobilização de Quijano destaca a importância da identidade coletiva, organização, liderança e solidariedade na mobilização social e política em sociedades latino-americanas. Ele argumenta que a mobilização bem-sucedida requer a construção de uma consciência coletiva de injustiça e desigualdade, a criação de organizações eficazes, a liderança e a construção de alianças entre diferentes grupos mobilizados.

Além disso, percebo que é importante que o ciberativismo negro esteja conectado com outras formas de luta contra o racismo e opressões, como mobilizações nas ruas, fortalecimento de organizações negras, ações na mídia e na cultura, entre outras. A articulação de diferentes frentes de luta é fundamental para combater o racismo em todas as suas formas e garantir a igualdade de oportunidades e direitos para todas as pessoas. Também entendo que é necessário que o ciberativismo negro continue a enfatizar a importância da auto-representação e autonomia negra na produção de conteúdo e na tomada de decisões, seja no mundo virtual ou físico. O empoderamento negro e a valorização da cultura negra são fundamentais para que sejam construídas representações positivas da população negra e para a desconstrução de imaginários racistas e discriminatórios.

Para ilustrar como essas pesquisas ainda são muito incipientes, apresento abaixo uma tabela feita a partir da plataforma de catálogo de teses e dissertações da Capes, sobre pesquisas de alguns tipos de ciberativismo feitas em dissertações de mestrado nos últimos dez anos<sup>4</sup>.

#### **Quadro 1 - Tabela de ciberativismos**

<b>Ciberativismo</b>	<b>Quantidade</b>
Social	21523
Ambiental	11077
Esportivo	1213
Feminino	618
Negro	422
Branquitude	68

<sup>4</sup> <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> acesso 05/04/20223

Há, portanto, uma grande ausência na produção de conhecimento acadêmico em nível de pós-graduação que contemple a problemática racial. Importante refletir sobre as lacunas nas pesquisas feitas por pessoas brancas sobre o ciberativismo negro. Uma delas a falta de compreensão sobre a experiência de racismo vivenciada pelos negros no ambiente virtual. Muitas vezes, as pesquisas são conduzidas sem a perspectiva dos negros, resultando em uma análise superficial e insuficiente.

Outra lacuna é a falta de reconhecimento da importância das tecnologias para os movimentos negros, tanto no passado quanto no presente. O ciberativismo negro surge como uma ferramenta essencial para as comunidades negras, principalmente diante do atual momento de pandemia e isolamento social. Além disso, também é comum que as pesquisas não contemplem a heterogeneidade do movimento negro e suas demandas. O ciberativismo negro não se resume apenas a ações de denúncia do racismo nas redes sociais, mas inclui também mobilizações em torno de pautas como a igualdade de acesso à educação, saúde, moradia, entre outras.

Outra lacuna se refere à invisibilidade das lideranças e ativistas negros na produção e divulgação de pesquisas sobre o tema, o que pode resultar em uma análise deficitária do papel e da importância do movimento negro nas plataformas digitais.

Durante muito tempo, a perspectiva marxista de análise da história foi prevalente nas universidades, e muitas vezes negligenciou a pauta racial. Essa perspectiva era centrada na luta de classes e na exploração econômica, deixando pouco espaço para a análise das desigualdades raciais. Isso resultou em um silenciamento das vozes e trajetórias das pessoas negras na história e na construção de uma narrativa histórica que reforçava a invisibilidade e inferioridade dessas populações. A perspectiva marxista de análise da história teve grande influência na academia durante muitas décadas, especialmente em ciências sociais e humanas, e foi responsável por inúmeras análises críticas da exploração econômica e da luta de classes. No entanto, muitas vezes, os debates sobre luta de classes e emancipação econômica negligenciavam a pauta racial e etnocultural, ainda que cabe lembrar que Marx defendia a ideia de que sem a emancipação dos escravizados no continente americano, seria impossível a emancipação dos proletários na Europa.

No entanto, nas últimas décadas, esse cenário tem mudado. O reconhecimento dos direitos das pessoas negras e a luta contra o racismo tornaram-se pautas políticas importantes em todo o mundo, e isso se reflete também na academia. Hoje, diversas disciplinas e áreas de estudo têm se dedicado.

Esse silenciamento da questão racial na análise histórica e sociológica gerou um grande problema na construção de uma narrativa de história universal e na formação da consciência histórica das pessoas. A representação de histórias brancas como universais, ignorando o papel e as contribuições das pessoas negras e de outros grupos étnicos, consolidou estereótipos discriminatórios e reforçou a desigualdade.

Por fim, entendo que é preciso enfrentar o racismo estrutural presente na sociedade e nas tecnologias e nas empresas de tecnologia precisam assumir a responsabilidade de tornar suas plataformas mais inclusivas e antidiscriminatórias, por meio de políticas de diversidade e inclusão, treinamentos para seus funcionários e revisão constante de algoritmos e sistemas de inteligência artificial que possam reforçar estereótipos e preconceitos.

A luta contra o racismo no ciberespaço é uma batalha constante, mas necessária para garantir que a internet seja um espaço seguro e inclusivo para todas as pessoas, independentemente de sua cor de pele. É preciso continuar educando e conscientizando as pessoas sobre os impactos do racismo e sobre a importância da igualdade racial.

## **2.2. A violência migra para o mundo digital**

A democracia racial e a neutralidade na tecnologia são fundamentais para desconstruir a dupla opacidade em que o racismo e a tecnologia se alimentam. Primeiro, é preciso reconhecer como o racismo estrutural se materializa nas formas como a tecnologia é produzida, usada e regulada. A tecnologia não é neutra e qualquer alegação de que ela esvaziaria o debate de questões de poder com relação à sua produção, utilização e regulamentação. Em segundo lugar, é necessário que as decisões sobre tecnologia e inovação sejam baseadas no princípio da democracia racial, que reconhece as relações de poder e as desigualdades históricas. O princípio da democracia racial exige que as decisões sobre tecnologia e inovação sejam feitas com base na justiça.

No entanto, esta ideia, por mais interessante que possa ser, é um mito. O racismo e a discriminação estrutural estão presentes nos ambientes online, mesmo que as formas de discriminação sejam diferentes das presentes off-line. Por exemplo, a discriminação racial é ainda mais difícil de detectar e processar online, pois as ofensas e xingamentos verbais são menos visíveis e as consequências legais são menos claras. Além disso, as tecnologias digitais também podem ser usadas para reproduzir, perpetuar e amplificar as desigualdades

estruturais existentes na sociedade. Por exemplo, os algoritmos de busca e inteligência artificial são frequentemente usados para reforçar estereótipos racistas, amplificar as vozes brancas e limitar a visibilidade e oportunidades aos grupos minoritários.

Esta Declaração de Independência do Ciberespaço foi um marco importante na história da internet porque trouxe à tona a necessidade de pensar na internet como um espaço que não deve ser regido por governos ou outras instituições, mas sim por princípios de liberdade e igualdade. No entanto, a realidade é que a internet ainda não é livre de preconceitos e discriminação, pois existem formas mais sutis de discriminação, como o racismo algorítmico, que é alimentado por práticas digitais que perpetuam a desigualdade social.

Outro exemplo de estudo de qualidade sobre racismo nas mídias sociais relaciona-se às consequências da aplicação da lei anti-discriminação racial nos Estados Unidos. A Lei de Direitos Civis de 1964, apesar de ser vista como um avanço na luta por igualdade racial nos Estados Unidos, tem sido criticada por sua abordagem legalista. Estudos sobre o racismo na mídia social nos Estados Unidos descobriram que a lei não foi suficiente para erradicar a discriminação racial no país, pois ainda existem casos de preconceito e discriminação racial nas mídias sociais. A análise das redes sociais também mostra que o racismo comum, que foi escondido pelas leis, ainda existe em forma de expressões e comentários de ódio nas redes.

O rebote a estas manifestações pode ser visto nos ambientes digitais como um ataque direto à visibilidade do movimento, ao tentar desqualificar os protestos e criar um cenário de polarização que muitas vezes se torna violento. A supremacia branca e o discurso do ódio são disseminados com o objetivo de minar a narrativa de igualdade e direitos, enquanto a agressão verbal e ameaças de violência física são usadas para intimidar os ativistas. Esta tática é usada para desviar a atenção da questão central e desqualificar a narrativa dos ativistas, de modo que seu trabalho seja mais difícil de ser realizado e difundido.

A condenação de Rafael Braga<sup>5</sup> é um exemplo nítido da criminalização da pobreza, da negritude e da resistência cotidiana. O fato de que a prisão foi uma resposta às

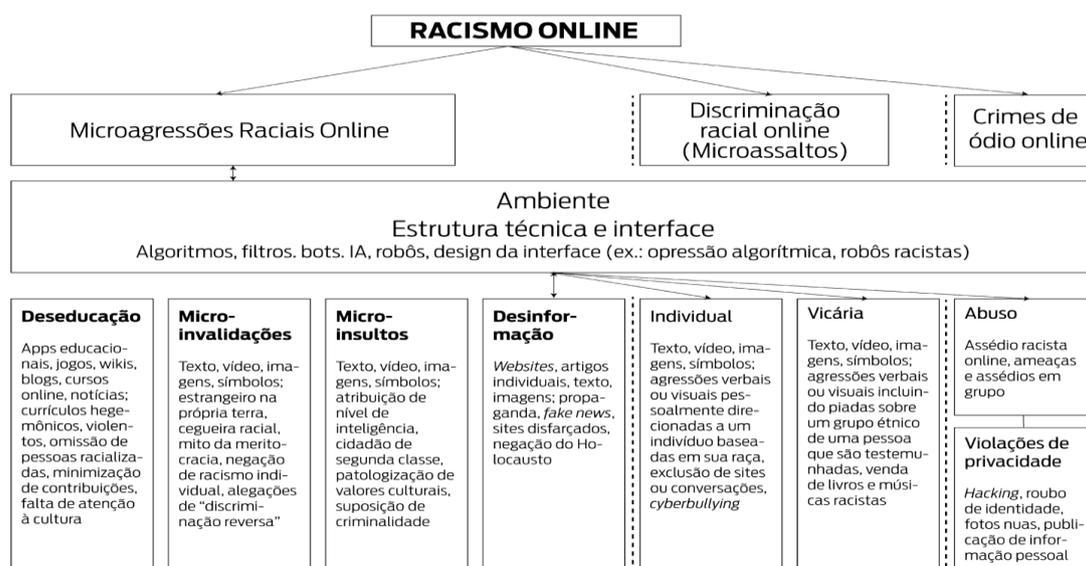
---

<sup>5</sup> Naquele dia 20 junho de 2013, os protestos reuniram um milhão de pessoas em todo o país. Só na capital fluminense, 300 mil pessoas foram para Candelária, em um ato que terminou com feridos pela repressão policial e com detidos. O jovem Rafael Braga Vieira, na época com 25 anos, foi um destes jovens — mesmo sem participar dos protestos. Durante a dispersão do protesto, Rafael foi abordado por dois policiais civis na Rua do Lavradio, no bairro da Lapa. Segundo os agentes, o jovem carregava dois frascos em suas mãos,

manifestações de 2013 e que, como tantos outros, Rafael Braga é pobre, jovem e negro, mostra como o racismo estrutural e a desigualdade social são reforçados pelo sistema penal brasileiro. Todavia, ao mesmo tempo, a condenação de Rafael Braga também foi um exemplo de como as redes de solidariedade e indignação em torno do caso foram ativadas por organizações que se mostraram ativas e criativas em relação aos meios de comunicação disponíveis para a circulação de informações e entretenimento.

A Figura a seguir é uma tradução da sistematização de Brendesha Tynes (2019) e colaboradores sobre a relação entre o que enquadra como micro agressões raciais online, discriminação racial online e crimes de ódio. Se estas duas últimas categorias são mais cobertas pela literatura acadêmica sobre racismo online, o mesmo ainda não acontece com micro agressões de base algorítmica.

## Quadro 2 – Racismo online.



"aparentemente semelhante ao coquetel molotov" e "com odor semelhante ao de álcool e o outro preenchido com substância de odor muito forte, embora não identificado". Posteriormente, o laudo do esquadrão antibomba da Polícia Civil atestou que os frascos de Pinho Sol e Água Sanitária tinham uma ínfima capacidade explosiva e seria pouco efetivo para funcionar como coquetel molotov. Rafael Braga ficou preso por cinco meses no Complexo Penitenciário de Japeri, até dezembro 2013, quando foi condenado em primeira instância. A sentença do jovem foi de cinco anos em regime fechado por porte de material explosivo. Em dezembro de 2015, o jovem conseguiu autorização para a progressão ao regime aberto. No entanto, na manhã do dia 12 de janeiro de 2016, Rafael Braga, em uma abordagem na comunidade de Vila Cruzeiro, foi detido com 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína. O jovem negou que a droga era sua e a defesa afirma que o flagrante foi forjado. Durante o cumprimento da pena no complexo de Bangu, o ex-catador foi internado com tuberculose, em agosto de 2017. Em setembro, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogério Schietti Cruz, entendeu que não haviam condições para um atendimento de saúde com a reclusão. Desde então, há nove meses, ele está em prisão domiciliar para o tratamento da doença. Rafael cumpre a pena em uma casa doada por militantes através da Campanha 30 dias por Rafael Braga, uma série de mobilizações em solidariedade que antecedeu o julgamento da liminar.

O professor Tarcízio Silva (2022) sistematizou uma tabela com os tipos de micro agressões e como elas se manifestam no universo virtual, a partir de seus estudos e pesquisas referentes ao tema.

### Quadro 3 – Micro agressões virtuais

Tipos de Micro agressões	Manifestações de Micro agressões Algorítmicas
Micro insultos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Hipersexualização de crianças e mulheres negras como resultado de buscas não-pornográficas</li> <li>· Plataforma permite entregar anúncios sobre crime especificamente a afro-americanos</li> <li>· Aplicativo de “embelezamento” ou “envelhecimento” de selfies embranquece rostos de usuários</li> <li>· Análise facial de emoções associa categorias negativas a pessoas negras</li> </ul>
Micro invalidações	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Recomendação de conteúdo esconde manifestações</li> <li>· Sistemas de reconhecimento facial não encontram faces de pessoas negras</li> <li>· Visão computacional etiqueta incorretamente imagens de mulheres negras</li> <li>· Mecanismos de busca de imagens só mostram pessoas não-brancas quando o qualificador racial é incluso</li> </ul>
Deseducação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Função “auto completar” de mecanismos de busca sugerem factoides racistas</li> <li>· Sistema bibliotecário de exploração de tópicos entrega</li> <li>· Chatbots questionam a existência do holocausto judaico</li> </ul>
Desinformação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Conteúdo sobre manifestações antirracistas é soterrado pelo algoritmo de recomendação</li> <li>· Sistema de processamento de linguagem natural completa frases sobre árabes com descrições de violência</li> <li>· Vídeos com desinformação baseada em racismo recebem mais engajamento pelo tom extremista</li> </ul>

Tarcízio Silva (2022)

A partir desses estudos, percebo que a violência racial é uma realidade que tem sido enfrentada há décadas em todo o mundo. Mas, com o avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais, o ambiente virtual também se tornou um espaço cada vez mais propício para a reprodução dessas violências. A internet se tornou um espaço que amplia a possibilidade de circulação de informações e opiniões, mas também funciona como uma ferramenta que pode disseminar preconceitos e discriminações. Isso se deve, em parte, à facilidade com que o anonimato pode ser mantido na rede, permitindo que pessoas alimentem suas ideias extremistas sem medo das consequências. Isso se manifesta também em comunidades fechadas, como fóruns de discussão ou grupos de mensagens. As redes sociais e a internet também possibilitam que discursos de ódio e intolerância ganhem maior visibilidade e alcance. O que antes poderia ser considerado uma opinião isolada agora pode ser reproduzida por milhares de pessoas em poucas horas, causando danos irreversíveis para indivíduos e grupos.

Além disso, a violência virtual pode ter consequências tão graves quanto a violência física. O cyberbullying é um exemplo disso. A prática consiste em ofender, ameaçar ou perseguir uma pessoa por meio das redes sociais ou da mensagem instantânea. Ainda que não haja contato físico, as agressões podem causar graves impactos psicológicos e emocionais. Além disso, propagação de fake News com cunho extremista pode causar danos à democracia.

Concluo essa parte entendendo que a migração da violência para o universo virtual como um fenômeno visto como novidade. Entretanto, é indispensável que os governos e as empresas de tecnologia trabalhem por meio de soluções efetivas. Seria possível, por exemplo, fomentar o debate sobre as implicações das tecnologias digitais na sociedade, especialmente entre os jovens. As escolas, por exemplo, deveriam trabalhar para educar os alunos no uso da tecnologia, orientando-os sobre os limites do respeito ao próximo. As empresas de tecnologia, por sua vez, podem tomar medidas para vetar contas que realizam discursos preconceituosos e racistas.

### **2.3. Os perfis de mulheres negras no Instagram**

Muitas vezes a mulher negra é invisibilizada no discurso do feminismo, e quando é mencionada, é de forma estereotipada, ou como objeto sexual. A superexploração econômico sexual da mulher negra é um tema que necessita ser discutido e abordado com urgência, pois é um problema que afeta diretamente milhões de mulheres brasileiras,

principalmente aquelas que são de baixa renda. É necessário que o feminismo brasileiro seja mais inclusivo e que os debates sejam ampliados para incluir a mulher negra. É necessário que haja maior consciência da realidade das mulheres negras e que sejam criadas políticas públicas para melhorar a qualidade de vida destas mulheres. É preciso que o movimento feminista brasileiro considere a mulher negra como sujeito.

Pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida. Mas há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa (González, 2020, p. 62).

Dessa forma, as mulheres negras têm lutado por sua visibilidade dentro do movimento feminista, fazendo com que sejam incluídas e reconhecidas como sujeitos de direitos. Assim, o feminismo negro tem o intuito de incluir, debater e pensar sobre o racismo e a opressão de gênero, além de trazer à tona novos problemas e questões que afetam diretamente os corpos femininos negros. O feminismo negro é, portanto, uma forma de pensar e agir que possibilita a visibilidade dos direitos das mulheres negras e também a luta pelo empoderamento feminino.

Porém, a partir dos últimos anos, o cenário vem mudando, com a popularização dos smartphones, da internet e, conseqüentemente, das redes sociais. O fenômeno tem permitido que as pessoas possam ter acesso a diversos conteúdos e, principalmente, a debates acalorados, com a possibilidade de se expressar de forma livre e espontânea. Os debates são um dos principais meios de agregar conhecimento e de buscar respostas para questões que, antes, eram tratadas de forma tácita e pouco debatidas. Assim, as pessoas têm a oportunidade de compreender e discutir as diferentes visões, sejam elas contrárias ou não às suas próprias. Dessa forma, é possível notar que a Internet e as redes sociais proporcionaram uma conectividade entre pessoas, movimentos e teorias.

Há muitos anos, a telefonia digital tem impactado a maneira como as pessoas se comunicam e, mais recentemente, a maneira como elas interagem com o mundo digital. A partir da evolução da tecnologia e da criação de aplicativos para celular, a comunicação passou a ser ainda mais rápida, fácil e barata, permitindo que as pessoas se conectem com outras pessoas de todos os cantos do globo. Isso permite que as pessoas acessem notícias, compartilhem e troquem informações, fotografias, vídeos e muito mais. Com isso, a

telefonia digital tem contribuído para a criação de um mundo cada vez mais conectado e interativo.

A ferramenta também possibilitou a criação de comunidades virtuais que, a partir do compartilhamento de conteúdos, promovem discussões sobre questões importantes para a população negra, como o racismo e o empoderamento feminino. Estas redes têm criado espaços de debate onde é possível verificar a diversidade de opiniões e a riqueza das culturas negras. Também é possível verificar que, a partir das redes sociais, muitas mulheres negras conheceram outras que possuem características semelhantes, o que fortaleceu o empoderamento feminino e trouxe à tona questões importantes para o debate. Além disso, a plataforma tem servido como ferramenta para que a população negra se organizasse e discuta questões importantes, como a violência.

O Instagram, assim como outras redes sociais, proporciona a capacidade de se criar um espaço que reflita os interesses e preocupações de um grupo específico. O Instagram se tornou a principal plataforma de comunicação das mulheres negras, em que muitas delas publicam conteúdos para serem vistos e debatidos. Além disso, as mulheres negras usam essa plataforma para compartilhar suas histórias e experiências, discutir questões raciais e antirracismo, e disseminar mensagens de empoderamento e representatividade. Deste modo, o espaço serve para criar e promover suas próprias criações, como livros, podcasts, vídeos e músicas. Também vemos o aumento da visibilidade dada às mulheres negras nos campos acadêmico, científico, político e empreendedor. Estamos vendo mulheres negras sendo reconhecidas como líderes, sendo contratadas para cargos executivos, criando startups e sendo reconhecidas como verdadeiras forças motrizes na economia. Além disso, vemos uma maior abertura para a promoção de políticas públicas que visam melhorar as condições de vida das mulheres negras. Estes passos são fundamentais para garantir que elas possam ter acesso à igualdade de oportunidades e direitos, assim como a qualidade de vida que elas merecem.

### 3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA BRANQUITUDE

Uma importante discussão inicial para delimitar bem os conceitos a serem trabalhados é sobre o estado da arte - desenvolvimento das pesquisas a respeito da branquitude em determinado intervalo de tempo. O que tem dito os estudos sobre branquitude? Como a dimensão da branquitude tem partido de uma discussão teórica, mas como os estudos têm se apropriado desse conceito e tem desenvolvido pesquisas sobre temas da realidade dessa população, dentro de uma variante que comporta também a negritude.

Discussões recentes têm questionado o papel dos brancos e as relações raciais ao redor do mundo. Embora este tópico tenha sido desenvolvido no início do século 20 através de pesquisadores renomados em questões raciais como Frantz Fanon, foi somente na década de 1990 que a branquitude realmente atraiu a atenção das pessoas.

No Brasil, embora o termo branquitude tenha sido usado pela primeira vez na obra brasileira Gilberto Freyre, foi a partir dos anos 2000 que o tema começou a ganhar força no cenário acadêmico. Apesar da popularidade da pesquisa sobre identidade racial branca diante dos movimentos e dos avanços alcançados nos últimos anos pelos movimentos negros, as pesquisas relacionadas ao assunto ainda são limitadas, e há uma necessidade de estabelecer uma base sólida para discutir e expandir essas questões que ainda estão cheios de lacunas históricas.

A partir desses estudos e pesquisas faremos um levantamento histórico desse debate ao longo da história. O uso do termo branquitude em todo o país recebeu uma nova nomenclatura, o que conhecemos hoje como branquitude. Os pesquisadores propuseram um novo método para resolver o problema da branquitude e sua relação histórica com o debate racial. Através da definição proposta pela autora Edith Piza (2005), a branquitude começou a ser discutida como um estágio de reconhecimento de privilégios e negação de direitos aos não brancos. Os indivíduos brancos reconhecem vividamente uma superioridade estrutural em comparação a pessoas negras. A branquitude como forma de definir suposições de superioridade e reiterar ideais humanos e condições únicas, portanto, perpetua o direito de usufruir de privilégios na sociedade.

As definições genéricas da branquitude e os estudos sobre a branquitude, no Brasil e em outros países, existe o consenso de que a identidade racial branca é diversa. No entanto, na busca por uma definição genérica, podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se

constrói. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de em que o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. (Frankenberg, 1999b, Piza, 2002).

Sobre a história das pesquisas sobre branquitude é necessário reparar que, embora os Estados Unidos digam que é importante promover pesquisas críticas sobre a temática, o problema da branquitude desde a década de 1990 tornou-se o principal centro de pesquisas sobre o assunto. O pesquisador Lourenço Cardoso (2010) observou os seguintes fatos: a problematização da identidade racial dos brancos foi levantada pela primeira vez por W. B. Du Bois em 1935. Depois, houve Frantz Fanon, que publicou *Pele negra máscaras brancas* em 1952. Neste trabalho, Fanon sugeriu analisar a relação entre preto e branco para mostrar que quando um vê o outro, há a necessidade do preto torna-se branco e, por outro lado, os brancos presumem que apenas humanos, ou seja, brancos podem sobreviver. Mostrar que a identidade racial acabou criando certos limites para os indivíduos, impedindo-os de alcançar as condições de vida dos seres humanos.

Além de Du Bois e Fanon, podemos incluir também o ativista Steve Biko, que faz uma análise da identidade étnica dos brancos dos anos 60 aos 70. Cardoso destacou que, no Brasil, o termo *brancura* foi usado pela primeira vez por Gilberto Freyre em 1962. Ele também criticou o uso de *brancura* e *negritude*.

Embora Freyre tenha sido o primeiro a usar o termo *brancura*, Alberto Guerreiro Ramos também usou o termo em nossa literatura científica atual (Cardoso, 2008). Em 1957, Guerreiro Ramos já discutia o que chamou de *patologia branca brasileira* e, segundo o autor, os pesquisadores brancos usam o preto como tema como método para garantir sua *brancura*. Esses pesquisadores perceberam as características europeias dos indivíduos brancos e seu status de privilégios superiores, adotando uma abordagem que ele chamou de *protesto patológico*. Podemos citar também o trabalho de Nina Rodrigues, os africanos no Brasil, sobre essa temática. Embora a produção de Guerreiro Ramos seja fundamental para iniciar a percepção desse sistema, a autora Liv Sovik (2004) afirmou que o problema branco no contexto nacional tem excedido em alguns aspectos. De acordo com a Sovik, é importante situar na discussão a necessidade de manter os vínculos europeus para manter os privilégios e condições de existência enquanto pessoas brancas ideais, para a autora, o

euro centrismo é uma das razões para os europeus, independentemente de qualquer nacionalidade, poderem ter seus direitos assegurados, bem como a manutenção dos privilégios. Além disso, a autora destaca que é comum no atual quadro de discriminação no Brasil, as pessoas admitirem que há uma democracia racial, mas que isso não enfraquecerá o poder e o prestígio conferidos pelos privilégios consolidados.

Para a Sovik, as reminiscências coloniais não são mais o principal problema a se discutir. Guerreiro Ramos também reconhece que embora este não seja o problema principal, a economia europeia ainda é um grande agente para a manutenção de estruturas de poder que garante a diferenciação entre as pessoas brancas e não brancas. Ao entrevistar moradores de classe média do Rio de Janeiro, Nervell (2001) percebeu como as pessoas se identificam, e que, muitas vezes, têm contradições. Como origem da nação brasileira, o discurso da mistura racial usa esse ideal na sua origem para justificar vestígios do que realmente o separam desta nação. O autor deu um exemplo. Essas pessoas evitam usar a palavra branco para identificar sua cor, mas usam os antepassados europeus e sua genealogia para provar que eles têm características próprias, mas que ao mesmo tempo se aproximam da cultura negra, com o amor pelo samba ou carnaval. Isso confirma a interpretação ainda feita por Guerreiro Ramos em o problema nacional do Brasil (1960) nos anos 1950.

Segundo o pesquisador Lourenço Cardoso, somente em 2000, a pesquisa da pesquisadora Edith Piza voltou a chamar a atenção para a questão da brancura no Brasil. Com a publicação do artigo Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém vê e Porta Glass: White Entrance, o branco volta ao cenário. Lourenço Cardoso (2010) listado em sua obra, tendo o branco como principal objeto de pesquisa. Em seu trabalho, Piza propôs uma ideia comum com a pesquisadora norte-americana Ruth Frankenberg. Para elas, até então, a brancura é invisível, ou seja, quem o pratica pode agir sem consciência, eles agem porque não se consideram racistas. O segundo artigo de Edith Piza foi publicado em importantes obras da organização do autor Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento. Psicologia Social do Racismo: Pesquisa Sobre clareamento e clareamento no Brasil, este livro é uma coleção de trabalhos relacionados no Brasil tema. Segundo Bento, a brancura pode ser definida como características de identidade racializar brasileiros brancos a partir de ideias sobre branqueamento (Bento, 2002).

Diante da história, o branco é uma forma de manter o status quo. A estratégia é aumentar a visibilidade do branco, enquanto o negro permaneceu em silêncio na história.

Discussão sobre um dos principais conceitos Cida Bento, o clássico pacto narcísico da branquitude, chamaram a atenção das pessoas neste livro. Em primeiro lugar, preocupados com o medo dos brancos perdem constantemente seus privilégios e condições de superioridade. Pessoas brancas em lugares de poder fortalecem suas conexões e cumplicidades brancas. Pessoas iguais (brancos) apoiam-se mutuamente e mantêm os não-brancos em seus lugares para manter os privilégios dos brancos na sociedade e a hierarquia racial. O branco atua como uma pessoa ideal e cria condições para manter o status.

Em 2004, um livro organizado pelo pesquisador Ware chegou no Brasil, intitulado "Branquitude: Identidade Branca e Multiculturalismo", que reúne a pesquisa sobre identidade racial branca, e é realizada principalmente nos Estados Unidos. Apesar da grande quantidade de informações coletadas por pesquisadores famosos neste campo de pesquisa, é Ware que chamou a atenção para os cuidados necessários para tomar esses dados como referência. De acordo com Ware, a estrutura da pesquisa, por um lado, nos permite propor que os negros estão extremamente isolados e separados do resto do mundo. Isso pode implicar nas mesmas suposições para os Estados Unidos e o resto do mundo. Este livro tem as vantagens de pensar sobre a brancura e analisar o comportamento individual e isso é uma forma de estabelecer uma política antirracismo. Além de apresentar diferentes formas que a brancura se tornou aparente, o autor analisou vários cenários que representavam a complexidade do assunto. A temática da branquitude nos permite entender o tamanho e a complexidade dos tópicos de acordo com o contexto inserido.

As discussões semânticas da tradução para o português, Branquitude e Branquitude, podem significar a mesma coisa e o mesmo conceito usado por pesquisadores brasileiros. Obviamente, a mudança é nominal apenas. Algumas definições básicas na discussão de pesquisadores influentes no Brasil, como é o caso de Ruth Frankenberg, que influenciou a obra de Edith Piza no Brasil. É importante deixar claro que para todos pesquisadores e pesquisadoras do tema, a identidade racial branca é uma marca, mas que não são marcadas e são invisíveis. Mas Ruth Frankenberg explicou seus pensamentos em muitos anos de pesquisa, dizendo que a brancura não está marcada e é invisível, o que significa que a brancura está escondida em características normativas. (FRANKEMBERG, 2004).

Desde então, Frankenberg (2004) definiu o conceito de brancura em oito pontos chave, em uma sociedade socialmente estruturada, os brancos estão em um lugar para

obter vantagens estruturais pela dominação racial; a brancura é uma espécie de ponto de vista, é o lugar onde nos vemos e a nós mesmos vemos outras pessoas, bem como ordens nacionais e globais; a brancura geralmente é renomeada ou substituída internamente por raça ou classe; como um privilégio, o branco não é absoluto, mas a branquitude é o escopo de outros privilégios relativos às relações sociais e econômicas; A branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude tem camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis (FRANKENBERG, 2004, p. (312 – 313).

Por tanto, a branquitude é um produto da história e um tipo de relacionamento. Não são todas organizações sociais pelo mundo que a questão racial tenha um significado inerente, apenas nas sociedades construídas nessas condições, em que o significado de brancura é hierárquico. Nestes aspectos, Frankenberg enfatizou a flexibilidade da brancura. Embora este conceito grosso modo, refere-se à superioridade e privilégio dos brancos, a análise deve considerar que seu conceito será baseado no ambiente em que o indivíduo está localizado.

Peter Rachleff (2004) ainda confirma no seu artigo sobre a branquitude, que mudou a visão dos estudiosos raciais americanos, ele mostrou como estabelecer as bases dessa brancura e comprovou junto com pesquisadores do Brasil e de outros países e dos EUA sobre como formar a identidade racial branco. A branquitude de que falam e escrevem não teve conteúdo cultural próprio nem existência independente de uma relação com a “negritude”. Essa branquitude foi criada – e recriada - a partir de uma relação não com a cultura historicamente negra ou africana, ou afro-americana, mas com uma “cultura negra” inventada a partir dos recalques, projeções, desejos e fantasias dos não-negros (RACHLEFF, 2004). A pesquisadora Liv Sovik também publicou artigos sobre como a questão da discriminação racial é usada para esconder as características racistas da sociedade. Além disso, a autora destaca o papel da mídia na legitimação do preconceito e na legitimação dos brancos como modelo de humanidade ideal. Em sua explicação, Sovik retomou a discussão de escritores como Guerreiro Ramos, Edith Piza e Maria Aparecida Silva Bento para perceber a formação do contexto brasileiro. De acordo com a definição dada no livro, não há diferença no termo brancura, conceitualmente, a brancura é a mais comumente usada por pesquisadores nesta área.

Outros trabalhos surgiram principalmente no campo da psicologia, discutindo o conceito. Em trabalhos que dão uma contribuição importante para a continuidade da discussão no que diz respeito à identidade étnica dos brancos, podemos nos concentrar em: Artigo de Lúcio Oliveira (2007), que discuta os representantes brancos por meio de suas próprias experiências de vida, e o pesquisador Lourenço Cardoso (2008), serão discutidos mais adiante.

O artigo da pesquisadora Luciane Alves (2010) também levantou viés de acordo com a diferença entre brancos e negros. Luciana Alves pretende compreender as dimensões da brancura no ambiente escolar, por meio do relacionamento entre aluno com o professor. É importante enfocar também a discussão levantada pela pesquisadora Edith Piza em 2005, onde ela propôs uma nova perspectiva para pensar a definição de brancura.

Embora, até agora, os termos brancura e branquidade tenham sido usados para se referir aos privilégios dos brancos em uma sociedade hierarquizada, a autora Edith Piza (2005) propôs um novo método de nomenclatura de termos. Nos artigos publicados no Simpósio Internacional da Juventude, o termo utilizado pela autora é nas seguintes definições: Ainda que necessite amadurecer em muito esta proposta, sugere-se aqui que branquitude seja pensada como uma identidade branca negativa, ou seja, um movimento de negação da supremacia branca enquanto expressão de humanidade. Em oposição à branquidade (termo que está ligado também a negridade, no que se refere aos negros), branquitude é um movimento de reflexão a partir e para fora de nossa própria experiência enquanto brancos. É o questionamento consciente do preconceito e da discriminação que pode levar a uma ação política antirracista (PIZA, 2005).

A autora sugere que, ao contrário da forma de trabalho até agora, um estágio para superar a brancura, é compreender que ainda que os brancos se vejam como universais, não significa que os brancos pensam iguais. Isso significa que um grupo de pessoas pode reconhecer as vantagens estruturais com base na brancura e negar obter esses privilégios no através da prática do antirracismo.

É primeiramente o esforço de compreender os processos de constituição da branquidade para estabelecer uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e para o interior de uma postura política antirracista e, a partir daí uma ação que se expressa em discursos sobre as desigualdades e sobre os privilégios de ser branco, em espaços brancos e para brancos; e em ações de apoio à plena igualdade (PIZA, 2005). Edith Piza também chamou a atenção para o trabalho árduo que os brancos precisam fazer

para negar as vantagens da sua brancura e compara esta situação com puberdade com perguntas como o que sou, o que não sou. Este movimento exige que não nos questionemos apenas em termos de relacionamento, e sim de interação, pois somente na interação não será afetada por mecanismos institucionais e racionalize em torno de nossos processos conscientes e inconscientes (PIZA, 2005). A autora Ruth Frankenberg (2004) atraiu a atenção das pessoas para o conceito de branquitude, onde os brancos devem manter uma experiência diária contínua, a fim de permanecer vigilantes e ir contra essa atitude propícia de manter sempre uma vantagem.

O investigador Lourenço Cardoso (2010) estabelece uma diferença, desenvolveu duas categorias para localizar branquitude entre os membros: branquitude crítica e branquitude não crítica. De acordo com ele, branquitude crítica são as pessoas brancas que se opõem abertamente ao racismo. Por outro lado, a branquitude não crítica se refere a indivíduos ou grupos que lutam para manter sua posição supremacista, o status superior da raça branca. Entre os brancos não críticos, nem todos podem ser considerados racistas, porque segundo o seu conceito, a vantagem da raça branca será uma realidade inquestionável (CARDOSO, 2010).

Segundo Cardoso, um dos motivos para distinguir a branquitude crítica e a não crítica dentro dos principais estudos, é que estão lidando com muitas formas de racismo, mas ao definirem os brancos, eles o fazem de uma forma comum. Não é suficiente entender como resolver conflitos étnicos de longa data. Ao olhar para um grupo branco à distância, de repente, esta impressão pode aparecer: A brancura é uniforme, mas por aproximação podemos saber claramente quanto branco existem diversos. Ou seja, o autor prova que é necessário considerar seu aspecto mais específico e mais variável. Voltando à sugestão de Edith Piza, vemos que ela estabelece uma conexão entre os termos brancura e negritude, branquitude e negritude tomam a discussão em torno da historicidade da identidade étnica branca. O debate sobre os brancos só recebeu maior atenção na década de 1990. Para a pesquisadora Lígia Ferreira (2006), o termo ganância, criado pelo poeta da Martinica Aimé Césaire, e nos poemas de Césaire, os negros são marcados por três pontos, ou seja, refere-se à vivência íntima e à resistência dos negros. Segundo Ferreira começou aí o uso da palavra ainda usada de maneira imprecisa e tornou-se intimamente relacionado com o legado de trabalho de estudantes africanos na década de 1930, tornando-se o principal responsável pela dinâmica das palavras. São eles: Léopold Sédar Senghor (1906) Senegalês, Aimé Césaire (1913), Martiniano e Leão Damas (1912) ganes.

Somente em 1975 a palavra preto se tornou popular nos dicionários brasileiros. Até hoje, a mesma definição é: “1. O estado ou condição do negro; 2. Ideologia Características do estágio de consciência opressora dos negros africanos os colonialistas tentaram redescobrir a subjetividade dos negros e observar objetivamente (sic) durante o período pré-colonial, foi perdida devido ao domínio da cultura branca ocidental (FERREIRA, 2007). Como Munanga (1999) apontou: “Um dos objetivos básicos dos negros é afirmar e Restaurar a identidade cultural, restaurar a personalidade negra. O autor também chama atenção para a forma plural do termo obtida por várias definições. A negritude pode ser um movimento ideológico ou uma formação fabulosa” (MUNANGA, 1986).

A escritora Lígia Ferreira (2006) acredita que o termo preto foi usado pela primeira vez pelo fundador e presidente da Frente Negra Brasileira, Arlindo Veiga, que fala sobre os objetivos do FNB incorporar o negro à sociedade brasileira de forma digna e completa. Segundo a autora, Arlindo Veiga tem um discurso holístico, e a fala de Veiga fortaleceu a presença de imigrantes na capital paulista. FNB nunca mostrou uma atitude francamente hostil em relação à sociedade branca, incluindo ser reconhecido, legalizado e respeitado um membro mais esclarecido (FERREIRA, 2007). Piza ainda contribuiu ao mostrar que entre as idades de 20 e 30 anos, os sujeitos brancos são incorporados à sociedade branca ao se recusar a reconhecer os negros na sua origem e comportamento determinados e aprovados por brancos. Honestidade significa que os brancos sejam aceitos pelos brancos. Nesses termos de valores pessoais, branco e preto são opostos. Ao trabalhar com a associação desses termos propostos por Piza, os seguintes pontos devem ser destacados: Conforme apontou o pesquisador Lúcio Oliveira, existe uma assimetria na construção da raça branco e preto. Além de se desenvolver em diferentes momentos históricos, os conceitos de branquitude e negritude, a branquitude ainda não é baseada em apreciação cultural ou sentimento de orgulho e consciência como por exemplo no caso da negritude. O assunto é mais complexo e profundo, para que não possa ser resolvido historicamente. Além disso, outra grande diferença relacionada à negritude é a hegemonia, o status de ser branco não requer manutenção e desenvolvimento. Pode-se dizer que há uma organização tem caráter político nacional para se afirmar (OLIVEIRA, 2007).

Porém, vale lembrar que esses conceitos aparecem em momentos diferentes. Definições diferentes, elas estão completamente interligadas. De um modo geral, a brancura é a posição dominante, quando os indivíduos brancos reconhecem que a supremacia branca é errada, ficam calados no processo, os privilégios dessas pessoas que

acreditam em manter a brancura do estado ideal da humanidade, o que torna os negros como sujeitos que não têm conhecimento de seus valores culturais e sociais. Portanto, o processo de branqueamento é a única forma de integração social, não podendo formar assim uma identidade negra ativa com base na preservação de valores individuais e coletivos.

Em nome de uma nova compreensão de si mesmo e do mundo social, essa desvalorização permanente e a manutenção de estereótipos da negritude, adiaram ao longo dos anos o processo de emancipação. Portanto, é impossível falar em branquitude sem considerar todo o processo histórico de sua inserção para promover e a consolidar tais relações sociais. Tampouco para falar no clareamento sem pensar o impacto de seu comportamento ao longo da história, principalmente no que diz respeito aos negros.

Embora o pesquisador Lourenço Cardoso tenha tentado uma diferença importante, o que representa um grande avanço na dimensão da identidade racial, para se desenvolver em nossa sociedade, que abre espaço para a compreensão da diversidade da atuação de privilégio e racismo (brancos críticos e não críticos). Mas só essa divisão não é suficiente para dar descrição dos principais aspectos que penetram na alvura ou estrutura social da branquitude. De acordo com a definição de Edith Piza (2005), a branquitude é um produto da história. Este é o lugar para considerar a importância e o escopo da proposta da autora. Portanto, como categoria histórica, a branquitude não está desconectada de outras estruturas étnicas, dando-a significado e posicione-a historicamente, assim como é o caso da negritude. Ao estabelecer conexões com outros temas históricos, Piza, apresenta discussões e sugestões que consolidam o tema, mostrando suas oscilações em relação a outros temas, isso ocorre por causa da mutável e flexibilidade da brancura parece, e só parece mudá-la de um sentido mais interno para por exemplo, discussões sobre negros. Pessoas brancas vivem com pessoas brancas e em lugares de pessoas brancas. Lidam diretamente com eles, acreditando e usufruindo das vantagens estruturais.

Nesse sentido, o método proposto por Edith Piza revela a vantagem da brancura desenvolvida em diferentes momentos históricos. Portanto, a negritude bem como a branquitude são categorias históricas de relacionamento que precisam ser correlacionadas que se desenvolvem junto ao desenvolvimento histórico da humanidade. Ainda que de forma oposta, dentro de uma perspectiva da hegemonia, a discussão sobre a negritude está voltada para a consolidação de uma identidade negra positiva, caminhando na direção dos confrontos entre a aceitação e a negação por parte dos indivíduos brancos. A ideia e a

prática da supremacia branca, na tentativa de transformar a consciência dos sujeitos brancos e negros exerce também uma dominação que nas palavras de Piza que diz que a dominação não é sobre discurso ingênuo de quem declara que somos todos iguais perante a deus e perante a lei, mas algumas pessoas são mais iguais do que outras, e a branquitude interveem nos processos e espaços para permanecerem no poder de forma desigual. Mas igualdade exige que todas as pessoas desfrutem de igualdade plena e de fato (PIZA, 2005).

Os Estados Unidos, principalmente nos anos 1990, com os critical whiteness studies tornaram-se o principal centro de pesquisas sobre branquitude. Todavia, existem produções acadêmicas sobre essa temática na Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil. No entanto, W. E. B. Du Bois talvez seja o precursor em teorizar sobre a identidade racial branca com sua publicação *Black Reconstruction in the United States*. Na galeria dos pioneiros em problematizar a identidade racial branca não podemos deixar de considerar Frantz Fanon. Em 1952, esse pensador caribenho e africano com sua publicação *Peau noire, masques blancs* defendeu o argumento de abolição da raça. Esse autor estava preocupado em libertar o branco de sua branquitude e o negro de sua negritude, porque a identidade racial seria um encarceramento que obstaculizava a pessoa de chegar e gozar sua condição humana. O ativista Steve Biko também pode ser incluído entre os precursores em analisar a identidade racial branca. O ilustre ativista versou sobre o branco sul-africano dos anos 1960 e 1970. Ele refletiu a respeito da branquitude sul-africana no momento em que lutava contra o racismo estrutural da sociedade sul-africana, perdeu a própria vida nessa causa. Vale lembrar que a teoria antirracista, de maneira geral, tem restringido em pesquisar o oprimido, deixando de lado o opressor. Desta forma, é sugerido que a opressão é somente um “problema do oprimido” em que o opressor não se encontra relacionado.

Por esta razão que Guerreiro Ramos sustentou que teorias sobre relações raciais no Brasil são na verdade uma “sociologia do negro brasileiro” (Ramos, 1995, Sovik, 2004). Não se trata, portanto, de teoria sobre relações raciais, trata-se de uma abordagem unilateral, feita muitas vezes por prestigiados pesquisadores brancos preocupados em analisar o “problema do negro”. Procurando preencher uma lacuna nas teorias das relações raciais Albert Memmi considerou necessário retratar o opressor e o oprimido. Seu pensamento é significativo para teorias sobre branquitude, porque Memmi foi o pensador pioneiro em apontar a importância de se problematizar também o opressor.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e

simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (Lia Vainer, 2019, p.61).

É importante analisar dois tipos de branquitudes distintas e divergentes: a branquitude crítica que desaprova o racismo “publicamente”, e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo, a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos. O termo branquitude crítica e branquitude acrítica surge inspirado pelos *critical whiteness studies*. Essas linhas de pesquisas dos Estados Unidos e do Reino Unido procuraram descobrir e distinguir os diferentes tipos de racismos desde os praticados sutilmente pela polícia até os assassinatos perpetrados por grupos como a Ku Klux Klan.

Porém, a literatura científica sobre a identidade racial branca de língua inglesa, assim como a de língua portuguesa, de maneira geral concentra-se em pesquisar os tipos de racismos praticados por brancos que discordam da tese de superioridade racial branca. Isto significa que existe uma produção crescente sobre a branquitude crítica que pratica racismos que não chegam ao homicídio, enquanto praticamente inexistem trabalhos que pesquisam sobre a branquitude acrítica que possui característica homicida. Branquitude acrítica que age feito quem diz: você que é diferente (Santos, 2006c), leia-se não-branco, portanto é justificável que seja assassinado.

Ainda a respeito dos *critical whiteness studies* vale acrescentar que os autores salientam que a branquitude são muitas, assim como as práticas de racismo. Contudo, esses pesquisadores geralmente distinguem os tipos de racismos praticados como aquele perpetrado por um grupo neonazista com agressão física; aquele praticado, às vezes sem intenção, por um profissional de Recursos Humanos (RH). Assim como se faz necessário definir as diferentes práticas de racismos, igualmente, não se pode deixar de distinguir a pessoa ou grupo que pratica racismo. Essa é uma das razões da nomeação da branquitude de forma distinta como branquitude crítica e branquitude acrítica. Pois nesta perspectiva esses conceitos podem contribuir para maior observação, análise e pesquisa do conflito racial.

O fundamento central da branquitude está fundada sob o poder simbólico e concreto. Estudar a branquitude pois no Brasil os estudos sobre racismo são em grande parte feito com as vítimas do racismo, e é imperioso estudar e entender quem protagoniza o racismo.

A branquitude enquanto identidade, nas palavras de Ruth Frankenberg (1999), como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. Uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a raça.

A raça, como categoria sociológica, é fundamental para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só no que diz respeito à experiência local, mas, também, nacional e global. A ideia de raça está presente em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas 48 experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação (Vainer, 2019, p.28).

Para Guerreiro Ramos (1957), faz parte dessa mesma patologia social do 'branco' a maneira como se estudaram as relações raciais no país, em que apenas o negro se tornou tema e objeto de investigações, ou seja, a sociologia de sua época tornou o negro objeto de estudo e não sujeito. Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados 'antropólogos' e 'sociólogos'. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro-tema; outra coisa examinada, olhada, vista, ou seja como ser mumificado, ora como ser curioso ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual na verdade não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje (Ramos, 1957).

Importante perceber que pesquisar sobre branquitude não inviabiliza e nem impede a continuidade de pesquisas sobre a negritude, uma vez que os sujeitos negros, por fazer parte de grande parcela da população mais pobre, demanda muitos estudos que irão nortear políticas públicas particulares a esse grupo. De todo modo os estudos sobre as relações raciais particularizadas dentro de uma perspectiva de análise da branquitude, preenche uma lacuna de estudos e pesquisas sobre as relações raciais que por muito tempo ajudou a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro. Definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade branca. (Vainer, 2019).

Como muito bem nos apresenta Grada Kilomba em *Memórias da Plantação* (2019) a cisão entre o eu e o outro evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego. O sujeito branco teme tornar-se negro visto que é projetado nele tudo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou ladrão violenta/o, a/o bandido indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos.

Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesma/o permaneçam intactos - branquitude como a parte “boa” do ego - enquanto as manifestações da parte “má” são projetadas para o exterior e vistas como objetos externos e “ruins”. No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável - permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (Kilomba, 2019, p.37).

O medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro pode ser articulado com a noção de repressão de Sigmund Freud, uma vez que a essência da repressão”, segundo o mesmo: “encontra-se simplesmente em afastar-se de algo e mantê-lo à distância do consciente” (Freud, 1923). Esse é o processo pelo qual ideias – e verdades - desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam (Kilomba, 2019). Grada Kilomba apresenta em seu livro cinco mecanismos distintos de defesa do ego pelos quais o sujeito branco passa a fim de ser capaz de ouvir, isto é, para que possa se tornar consciente de sua própria branquitude e de si próprio, como perpetrador do racismo, que são a negação, a culpa, a vergonha, o reconhecimento e a reparação. Dissertar sobre a branquitude é fundamental pois compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial.

O centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o ‘Outras/os’ inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. (Grada Kilomba, 2019, p.50)

A realidade empírica do racismo, as experiências subjetivas, vivências, lutas, conhecimentos, entendimentos e sentimentos dos negros sobre o racismo, e o trauma psicológico que o racismo nos inflige, tem sido amplamente ignorado. Esses fatores só se tornam aparentes nas esferas pública e acadêmica quando a normalidade da cultura etnocultural branca é subitamente rompida, quando nossa experiência de racismo ameaça o conforto da sociedade branca. Naquele momento, nós e nossa realidade racista nos tornamos visíveis, falados ou mesmo escritos, não porque pudéssemos estar em perigo ou em risco, ou precisando de proteção legal, mas porque essa realidade perturbadora perturbou a imunidade branca estável.

A possível mudança paradigmática e de perspectiva da branquitude em um estudo como esse, o foco não deveria estar na construção de sujeitos como indivíduos, mas sim nas maneiras pelas quais é possível que indivíduos ajam como sujeitos em suas realidades sociais” (Grada Kilomba, 2019, p. 74).

Nesse sentido, a subjetividade é uma dimensão importante de discursos marginais e uma forma criativa de descolonização do conhecimento, (Kilomba, 2019), e o uso da perspectiva decolonial, sobre um território além de suas fronteiras - e é essa também a experiência do racismo cotidiano. O racismo cotidiano aprisiona o sujeito negro em uma ordem colonial que o força a existir apenas através da presença alienante do sujeito branco. Finalizo com uma assertiva de Cida Bento em que ela afirma que a branquitude é um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade (Maria Aparecida Bento, 2017).

### **3.1. A branquitude e seu lugar de fala**

A distinção entre categorias analíticas e nativas é útil para compreender melhor o papel da branquitude no movimento antirracista. A branquitude é, por definição, uma categoria analítica que pode ser usada para entender a forma como os brancos se beneficiam das desigualdades sociais no que diz respeito à raça. No entanto, essa categoria também possui um significado nativo para os brancos, uma vez que eles têm a capacidade de usar seus privilégios raciais para perpetuar o sistema racista. A distinção entre as duas categorias permite que sejam feitas análises mais profundas sobre o papel da branquitude no movimento antirracista e sobre como os brancos podem contribuir para a luta pela igualdade racial.

O conceito de branquitude, portanto, é importante para se entender como ainda existem estruturas e práticas racistas no Brasil. Este conceito nos permite entender que os privilégios de ser branco não se limitam apenas ao acesso a direitos e vantagens materiais, mas também à capacidade de definir o que é ser “branco” e o que é “negro”, o que é aceitável e o que não é, o que se espera do “outro”. A branquitude, portanto, é um conceito extremamente útil para compreender como o racismo estrutural ainda existe no Brasil.

A branquitude vem sendo estudada desde os anos 2000, quando o termo foi criado para descrever o modo como a cor da pele é usada como mecanismo de dominação racial. O conceito surgiu como uma forma de destacar a importância da cor da pele na definição das relações sociais e destacar o poder da cor da pele para apropriar-se de espaços de poder e privilégio. A branquitude é vista como um sistema de poder que se expressa através de símbolos, práticas e ideologias que privilegiam as pessoas brancas. No Brasil, a branquitude é usada para expressar e perpetuar estruturas raciais hierarquizadas. O conceito tem sido usado para analisar várias questões raciais, tais como a desigualdade racial, a discriminação.

Perfis normalmente usam suas redes sociais para discutir assuntos relacionados às questões raciais, como racismo, desigualdade racial e direitos humanos, têm adotado uma abordagem inclusiva e fazem esforços para apoiar outros grupos marginalizados e minorias. Além disso, muitos dos perfis também usam suas plataformas para ajudar a construir uma narrativa mais inclusiva e diversa, promovendo a criação de conteúdo que represente e valorize a diversidade. Além disso, eles usam seus perfis para compartilhar informações sobre eventos, discussões, trabalhos de pesquisa e outras iniciativas relacionadas à luta antirracista. Enfim, estes perfis usam o meio digital para dar voz aos grupos negros, o que pode articular com perfis de pessoas brancas do campo mais progressista. Usar a tecnologia para conectar-se com outras pessoas e contar suas histórias para criar empatia e conscientização, focando no discurso de resistência e mudança, onde os membros deste movimento usam suas vozes para amplificar suas mensagens, defendendo a equidade e a igualdade de direitos, criando um espaço de aprendizagem e formação.

Castells (2017) destaca que os movimentos da branquitude consciente exigem um trabalho de reflexão e transformação profunda dos indivíduos, para que possam perceber os mecanismos de opressão e o próprio papel na reprodução destes mecanismos. Além disso, o autor aponta que a luta contra a branquitude também passa pela interconexão entre grupos diferentes, entre aqueles que vivenciam as opressões diretamente e aqueles que

são parte do sistema opressor. Dessa forma, os movimentos da branquitude consciente são caracterizados como movimentos de ação e reflexão crítica, que lutam por justiça e igualdade de direitos para todos os grupos sociais.

O conceito da consciência da branquitude é extremamente importante para que as pessoas brancas possam compreender como seus privilégios são criados e mantidos por um sistema de racismo estrutural. Isso significa que, ao invés de serem vistos como uma minoria oprimida, as pessoas brancas são vistas como parte do grupo majoritário que tem acesso a recursos e privilégios que outras minorias não têm. Ao se tornarem conscientes desses privilégios, as pessoas brancas podem começar a desconstruir o racismo estrutural e lutar por igualdade racial.

No entanto, o conceito de consciência da branquitude tem sido confrontado por aqueles que se opõem ao debate sobre raça e racismo. Isso acontece tanto no campo conservador quanto no progressista.

A branquitude não é uma categoria homogênea, mas sim construída a partir de diferentes e variadas realidades. Por isso, é importante que continuemos a debater, discutir e refletir sobre as diferentes formas de branquitude de maneira que possamos compreender melhor seus efeitos e consequências na nossa sociedade.

A branquitude se refere ao conjunto de privilégios, vantagens e vivências sociais que as pessoas brancas possuem em relação às pessoas negras e outras etnias, em decorrência de uma construção social histórica e cultural. Partindo desse pressuposto, a branquitude não é simplesmente uma característica biológica, mas sim uma experiência social que está relacionada com a ideia de beleza, inteligência, superioridade e poder. Portanto, a branquitude está vinculada a uma estruturação de poder que favorece os brancos e desfavorece pessoas negras e outras etnias.

No que diz respeito ao lugar de fala, a branquitude, percebo que é fundamental na luta antirracista, importante criar espaços para que as pessoas brancas reflitam sobre o seu lugar de privilégio na sociedade e reconheçam a importância de apoiar e fortalecer as lutas antirracistas. No entanto, é preciso que se tenha cuidado para que o lugar de fala da branquitude não invalide as vivências de pessoas negras e outras etnias. É preciso que as pessoas brancas tenham consciência de que, mesmo sendo aliadas na luta antirracista, a sua fala não deve ser a mais valorizada dentro dos espaços onde as pessoas negras estão presentes.

Dessa forma, a branquitude pode se tornar uma aliada da luta antirracista ao reconhecer os seus privilégios e o seu lugar de fala, agindo como sujeitos coletivos para a construção das demandas e lutas antirracistas e produzindo conhecimentos em conjunto com as pessoas negras e outras etnias.

Portanto compreendo a obra de Maria Aparecida Bento, "Branquitude e branqueamento no Brasil", é um importante exemplo de como a análise crítica da branquitude pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades raciais no país. A autora discute como a construção da ideia de "branquitude" é fundamental para a manutenção das hierarquias raciais no Brasil, onde a cor da pele ainda é um importante indicador de acesso a bens e serviços.

Para Bento, a branquitude é um privilégio que é dado às pessoas brancas e que lhes confere uma série de vantagens sociais em relação a pessoas negras e de outras etnias. Esse privilégio, segundo a autora, está associado à construção de uma ideia de beleza baseada em uma suposta superioridade da cor branca. Essa ideia, ao longo da história brasileira, foi internalizada na sociedade e perpetuada por meio de diversas estratégias, como a miscigenação compulsória e a negação das diferenças culturais e raciais.

No entanto, a autora alerta que a análise da branquitude não pode se limitar apenas à constatação desse privilégio. É necessário que essa análise leve em conta também a complexidade das interações raciais e as múltiplas formas de opressão que podem ser vivenciadas por pessoas brancas em outras dimensões, como de gênero, sexualidade e classe social.

O lugar de privilégio da branquitude é uma condição estrutural que garante que indivíduos brancos recebam uma série de benefícios na sociedade devido à cor da sua pele, mesmo que isso não seja algo consciente ou intencional por parte desses indivíduos. Isso se manifesta em diversas áreas, como no mercado de trabalho, na justiça, na educação e na representatividade midiática, onde pessoas brancas são privilegiadas em detrimento de pessoas negras ou de outras raças.

Finalizo essa parte trazendo a compreensão do conceito de lugar de fala, elaborado pela filósofa Djamila Ribeiro, que se refere à perspectiva de que cada indivíduo tem um lugar social, histórico e cultural único e que sua fala, visão de mundo e experiências são influenciadas por esse lugar que ocupam na sociedade. A partir dessa perspectiva, Djamila Ribeiro problematiza o lugar de privilégio da branquitude, que é o conjunto de benefícios sociais e materiais que uma pessoa branca recebe simplesmente pelo fato de ser branca.

O lugar de fala da pessoa branca é marcado por esse privilégio, que é invisível para ela mesma, mas que é sentido e vivenciado por pessoas não brancas. A pessoa branca tem o privilégio de não ter sua cor de pele considerada um fator negativo em diversas situações, em razão de sua posição social, de sua identidade de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros aspectos. Djamila Ribeiro defende que, para que haja uma transformação real das desigualdades sociais e raciais, é necessário que as vozes das pessoas negras sejam ouvidas e valorizadas em igual medida às vozes brancas.

### **3.2. O pacto da branquitude: dos privilégios reais aos virtuais**

Outra colocação teórica de sinalização apresentada por Lourenço Cardoso é que a emergência da branquitude é parte de uma nova abordagem para estudar as relações raciais no Brasil, que parte do pressuposto de que o branco é um sujeito ativo na produção de racismo e desigualdades. Esta abordagem busca compreender o branco não apenas como um sujeito neutro, mas também como um sujeito que pode ser responsável pelas desigualdades e desigualdades raciais. Esta abordagem é importante para desenvolver uma análise crítica dos mecanismos e práticas que produzem e reproduzem as desigualdades raciais. O debate mais amplo sobre a branquitude no Brasil, discutindo temas como o racismo, a desigualdade social, a cultura negra, a questão da identidade e da representação, a cultura de massa e os direitos humanos, estas discussões fomentam algumas políticas públicas foram desenvolvidas para melhorar a situação dos negros e negras no Brasil.

Estudos sobre a branquitude podem ter um grande impacto na militância antirracista, pois ajudam a compreender como as estruturas e dinâmicas raciais desempenham um papel na perpetuação de desigualdade racial no Brasil. Ao entender como a branquitude é produzida, reproduzida, mantida e (re) negociada, podemos também entender melhor como as desigualdades estão inseridas na nossa sociedade, bem como como elas podem ser mudadas. Estudos sobre a branquitude também podem ajudar na criação de políticas e práticas antirracistas mais eficazes. Dessa forma, estudos sobre a branquitude podem ser fundamentais para a luta antirracista no Brasil.

É importante reconhecer que, mesmo que um sujeito branco seja antirracista, ele ainda goza dos mesmos privilégios raciais de um branco racista. Assim, a branquitude do sujeito antirracista é a mesma, pois seu status racial não varia. No entanto, a disposição

diferencial desse sujeito antirracista é reconhecer e, em última análise, desconstruir esses privilégios raciais.

Portanto, a branquitude é a maneira como os benefícios e privilégios são concedidos aos brancos. Esses privilégios podem ser explícitos ou implícitos, mas estão presentes em todas as esferas da vida, desde o acesso à educação, à saúde, à segurança e às oportunidades de emprego, até aos espaços públicos e às imagens e narrativas que nos circundam. É importante notar que os brancos não são automaticamente beneficiados pela branquitude, mas eles têm acesso a privilégios e benefícios que outros grupos raciais não têm.

Na construção do sistema racial brasileiro, o mestiço é visto como ponte transcendente, onde a tríade branco-índio-negro se encontra e se dissolve em uma categoria comum fundante da nacionalidade. Daí o mito de democracia racial: fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço (MUNANGA, 2008, p.112).

Maria Aparecida da Silva Bento foi uma educadora brasileira que se dedicou ao estudo e à promoção da educação racial para a população negra do país. Ela foi responsável pela criação de um programa de formação política para os brancos, com a intenção de conscientizá-los sobre as desigualdades sociais que afetam os negros. Além disso, ela também desenvolveu um programa pedagógico que estimulava a compreensão da realidade racial brasileira. Maria Aparecida da Silva Bento é considerada uma referência na luta pelo reconhecimento dos direitos de todos os brasileiros, independentemente de raça ou etnia. Bento propõe que os estudantes sejam treinados para reconhecer e enfrentar as consequências do racismo, como desigualdades econômicas e de oportunidades em todos os níveis, incluindo o ambiente acadêmico. Ela acredita que é importante que os estudantes e professores sejam preparados para lidar com os desafios trazidos pela supremacia branca e seus legados. Além disso, acredita que é importante abordar os fatores culturais, sociais e históricos que sustentam o racismo.

Por meio de debates, atividades interativas e projetos de pesquisa, a autora considera que os estudantes poderão desenvolver uma visão crítica sobre os problemas relacionados ao racismo e as desigualdades sociais. Esta abordagem pedagógica racializada da educação também permitirá que os estudantes trabalhem juntos para construir soluções. Há aqueles que se identificam como brancos e que aderem à militância negra como meio de apoio a esta causa. Estes indivíduos podem ser vistos como aliados,

pois não somente demonstram interesse e apoio, mas também se comprometem a lutar pelos direitos dos negros. Não se trata de um movimento apenas simbólico, mas de uma luta concreta que busca o desmantelamento das estruturas que sustentam o racismo. De outro lado, há brancos que se vinculam ao Movimento Negro como forma de se apropriarem da luta, buscando o protagonismo e se aproveitando do reconhecimento social que o movimento alcançou. Apesar de serem minoria, esses indivíduos podem acabar tendo maior visibilidade, reproduzindo o conceito cunhado pela autora como síndrome do protagonismo branco, que se reproduz no campo real e virtual.

Compreendo então que esse "pacto da branquitude" é um conceito utilizado para descrever um conjunto de acordos e normas informais que mantêm a supremacia branca na sociedade. Esses acordos podem ser explícitos ou implícitos, e têm como objetivo garantir que as pessoas brancas continuem a deter privilégios em relação às pessoas negras e de outras raças. Tanto no mundo real quanto no virtual, o pacto da branquitude tem sido observado como uma forma de manter o racismo estrutural e institucionalizado. Isso pode ser percebido, por exemplo, em como as pessoas brancas são mais representadas em posições de poder e prestígio, em filmes e séries, nos padrões de beleza, na linguagem e na cultura em geral. No ambiente virtual, essa dinâmica se reproduz de maneira ainda mais acentuada, uma vez que a internet proporciona um relativo anonimato e sentimento de impunidade. Assim, o racismo, o machismo e outras formas de opressão são potencializados nas redes sociais e em outras plataformas online.

O pacto da branquitude no ambiente virtual pode ser observado em diversas situações, como na falta de representatividade de pessoas negras em redes sociais, na disseminação de discursos de ódio, na dificuldade de denunciar situações de racismo, entre outras. Portanto, é necessário que haja uma conscientização de que o pacto da branquitude não é natural, mas sim uma construção social, e que ele reproduz e mantém desigualdades reais e virtuais. É preciso que as pessoas brancas reconheçam seus privilégios e se comprometam a combatê-lo ativamente, por meio da desconstrução de estereótipos, da valorização da diversidade étnico-racial e da promoção da igualdade de oportunidades, também no ambiente virtual.

### 3.3. O branco enquanto objeto de estudos

A branquitude é uma construção social que nos diz que a raça branca é a "norma" e que outras raças estão além dela. Isso cria uma hierarquia racial na qual aqueles com branquitude são privilegiados com acesso a melhores oportunidades, direitos e serviços. A branquitude também significa que as pessoas brancas são frequentemente desligadas do racismo, permitindo que eles ignorem ou neguem a realidade da discriminação racial. Isso cria um ciclo de privilégio e desigualdade que impede o progresso na igualdade racial. Se quisermos mudar isso, as pessoas brancas devem reconhecer como a sua branquitude está ligada a desigualdades raciais e se comprometer a usar sua posição para lutar contra o racismo estrutural.

Embora os termos "branco" e "identidade racial" sejam usados frequentemente como sinônimos, eles não são realmente a mesma coisa. A identidade racial branca é, na verdade, um conjunto de crenças, ideias e valores compartilhados por aqueles que são identificados como brancos. Isso pode incluir características culturais e históricas, bem como percepções de privilégio e acesso. Esta identidade racial não é necessariamente definida por linhagens biológicas ou físicas, mas por uma experiência compartilhada e identidade cultural.

A resposta para esta questão é que, enquanto o movimento negro se esforça para garantir um tratamento igualitário e justo para todos, o branco precisa aceitar o seu privilégio racial e entender que a discriminação justa que ele pode enfrentar não é uma forma de opressão, mas sim uma correção para levar à igualdade de direitos e oportunidades. A branquitude deve estar disposta a examinar suas próprias concepções sobre a raça e a aceitar que existem diferenças raciais que não podem ser ignoradas. É importante que os brancos assumam a responsabilidade de trabalhar para melhorar a situação dos negros e dos outros grupos minoritários, para que todos possam ter acesso a igualdade de direitos e oportunidades

Assim, o movimento negro busca construir a igualdade entre os grupos de forma diversa, reconhecendo e valorizando sua diversidade. Além disso, esse movimento luta também para mudar a forma como a sociedade olha para as pessoas negras, combatendo o racismo e o preconceito. O movimento negro também busca lutar por melhores condições de vida para os negros, com o aumento de oportunidades de emprego e educação, além do combate à violência policial e ao tráfico de drogas, entre outras questões.

A queda do branco do lugar de universalidade ocorre uma mudança significativa na forma como a sociedade é vista e compreendida. O branco não terá mais acesso aos

privilégios e benefícios que antes eram garantidos, enquanto outras identidades étnicas, raciais e culturais terão maior destaque. Isso significará que o negro e outras identidades minoritárias vão passar a ter maior reconhecimento e acesso a oportunidades que antes eram limitadas por conta da hegemonia branca. Além disso, isso pode gerar um maior desenvolvimento econômico, social e cultural para esses grupos.

Percebo que a questão do "branco enquanto objeto de estudos" tem ganhado destaque nas discussões sobre as relações raciais. Historicamente, o branco tem sido o sujeito da história e do conhecimento, enquanto as pessoas negras e outras minorias são frequentemente marginalizadas ou ignoradas. No entanto, a análise do branco como objeto de estudos pode ajudar a entender como essa categoria foi construída historicamente, e como ela opera nas relações sociais atuais. Ao estudar o branco, podemos identificar as formas pelas quais a branquitude tem sido utilizada para manter o status quo, reforçando o racismo e outras formas de discriminação.

Além disso, a análise do branco pode permitir uma compreensão mais profunda da complexidade e diversidade das identidades étnicas e raciais. Muitas vezes, as pessoas brancas são vistas como homogêneas ou neutras, quando na verdade elas têm histórias e trajetórias muito diferentes, influenciadas por fatores como classe social, gênero, orientação sexual e nacionalidade. Por outro lado, é importante se questionar sobre os riscos de uma análise que coloque o branco como objeto central, ao invés de discutir as questões dos grupos marginalizados. Essa abordagem pode perpetuar a ideia de que a brancura é "normal" ou "neutra", e desviar o foco das desigualdades e opressões vivenciadas por pessoas negras e outras minorias étnicas e raciais.

Portanto, entendo que é essencial abordar a questão da branquitude de forma crítica e contextualizada, reconhecendo sua posição privilegiada na sociedade e as formas pelas quais ela é utilizada para manter a hierarquia racial.

#### **4. O ESTADO DA ARTE: PESQUISADORES BRANCOS PESQUISANDO BRANQUITUDE**

Ao longo da história, o Brasil foi marcado pela discriminação racial, o que tem contribuído para o aprofundamento desse abismo entre as pessoas brancas e negras. Isso tem sido reforçado pelas desigualdades sociais e econômicas, que são mais pronunciadas entre as pessoas negras, que têm menos acesso à educação, emprego, saúde e renda. Além disso, o discurso da mestiçagem não consegue disfarçar a existência de hierarquias raciais, como a branquitude sendo associada ao prestígio social, econômico e político. Assim, a desigualdade racial e a discriminação estão diretamente relacionadas à forma de funcionamento do racismo no Brasil, que está ligado às hierarquias raciais.

Essa narrativa foi a responsável por criar as bases de uma estrutura de poder que legitima a superioridade de um grupo em relação aos outros. É importante destacar que essa estrutura de poder foi estabelecida com o objetivo de subjugar os grupos étnicos e raciais que não se enquadraram na branquitude, e foi produzida e legitimada a partir da produção do conhecimento acadêmico. Uma das principais consequências da construção da branquitude na produção do conhecimento acadêmico foi a criação de um discurso de exclusão e desprezo em relação aos grupos raciais não brancos. Esses discursos, muitas vezes veiculados por professores e pesquisadores acadêmicos, estabeleceram narrativas que naturalizaram e legitimam a ideia de que os grupos não brancos sofrem o que Sueli Carneiro formulou como epistemicídio.

Nos séculos XVI e XVII, ser branco era um dos principais meios de se distinguir socialmente e alcançar direitos e privilégios. Por meio da branquitude, o Estado brasileiro impulsionou a economia escravocrata, em benefício dos colonos brancos. Esta prática estendeu-se aos séculos XIX e XX, em que a branquitude ainda era um importante meio de obter acesso a bens e serviços, bem como de se proteger contra a discriminação racial. A branquitude foi e ainda é um dos principais elementos explicativos da estrutura social brasileira. A privilegiada posição dos brancos brasileiros tem seus fundamentos históricos e culturais, que remontam às políticas de colonização e às práticas escravocratas.

A reflexão atual sobre a branquitude não pode prescindir de uma discussão global sobre as relações raciais, pois estas estão atreladas à dominação colonial e à construção da perspectiva eurocêntrica de mundo. Assim, é necessário compreender como essas relações de poder baseadas na raça se manifestam em espaços de produção do conhecimento acadêmico. Partindo desta perspectiva, é importante observar como os

discursos e narrativas impostas pelo colonialismo europeu influenciaram a forma como a branquitude é entendida. Estes discursos e narrativas foram construídos a partir de uma visão eurocêntrica de mundo, que privilegia a branquitude e tende a desvalorizar os outros grupos raciais. Estes discursos e narrativas foram disseminados por meio de instituições acadêmicas.

A problematização dos estudos sobre branquitude em discursos locais de poder, marginalização e exclusão deve ser feita de forma contextualizada, considerando o contexto global. Para isso, é necessário compreender como as questões relacionadas à branquitude são influenciadas por fatores como o acesso às tecnologias e ao conhecimento, a globalização, a mobilidade de recursos e as mudanças nas relações de poder. A partir desse contexto, é possível entender como a branquitude exerce seu poder, tanto de forma positiva quanto de forma negativa, dependendo do contexto. Por exemplo, a branquitude pode ser usada para marginalizar, excluir e oprimir certos grupos, como mulheres, minorias étnicas e pessoas LGBT.

É essencial que os estudos em torno do tema possam expandir o entendimento da branquitude para além da sua manifestação como privilégio racial, pois isso permitirá a investigação de outras formas de opressão e discriminação que também se apoiam na branquitude. Além disso, ao reconhecer a diversidade da branquitude, é possível aprofundar a discussão sobre a maneira como essa noção é reproduzida e internalizada socialmente, fornecendo assim um melhor entendimento de como a branquitude é construída e perpetuada em diferentes contextos. Sim, existe uma hierarquia internacional que estabelece lugares diferenciados para os brancos nos diversos contextos locais (Sovik, 2004). Esta hierarquia é baseada em uma hierarquia racial, na qual os brancos de origem europeia são vistos como superiores aos brancos de outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Esta hierarquia é reforçada por uma cultura eurocêntrica, que define os valores, padrões e expectativas a serem seguidos.

Por meio do estudo da branquitude, podemos entender como a raça, assim como outros fatores, têm influenciado a formação e a manutenção dos privilégios e das desigualdades raciais no Brasil. Além disso, o estudo da branquitude também pode nos ajudar a entender as diferentes formas de resistência e de luta por igualdade racial, bem como as formas de exclusão e de violência racial que muitas vezes são direcionadas aos grupos raciais oprimidos. É preciso que os estudos sobre a temática das hierarquias raciais no Brasil abordem a branquitude, pois somente assim seremos capazes de entender como

a branquitude se apropria dos privilégios e mantém as desigualdades. Nas últimas décadas, dados os avanços significativos no debate público acerca da desigualdade racial. A partir disso, a pesquisa sobre branquitude no Brasil pode se tornar uma ferramenta importante para a compreensão das relações raciais no país. A branquitude é uma construção social que reflete as relações de dominação e subordinação entre grupos raciais. Sendo assim, ao se estudar a branquitude, é possível compreender melhor como as relações raciais influenciam o modo como determinados grupos são tratados, bem como a relação entre as histórias de privilégio e as de desigualdade. A pesquisa sobre branquitude também pode contribuir para a compreensão da forma como a discriminação racial está sendo tratada academicamente.

O professor Lourenço Cardoso (2008) constatou que o tema esteve ausente do universo das pesquisas durante o período de 1960 aos 2000, surgindo nesse início de século (2000-2007). Em sua pesquisa de mestrado, Cardoso encontrou nove trabalhos sobre branquitude no Brasil entre 1957 e 2004, sendo sete artigos publicados em livros, um artigo publicado em um periódico científico e uma tese de doutorado defendida na USP. A ausência de discussão sobre o ser branco no contexto da produção teórica sobre relações raciais no Brasil é algo que reflete a história de desigualdade e exclusão social existente no país. Por muito tempo, as discussões sobre relações raciais centraram-se na discussão do negro no Brasil, dando pouca atenção ao papel do branco na criação e manutenção dessas desigualdades. O fato de que a presença do branco ainda é de certa forma, invisível no contexto das relações raciais, reflete ainda mais a necessidade de se compreender o papel histórico do branco na manutenção da desigualdade racial no Brasil. Só assim se pode trabalhar para construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

A obra de Luciana Alves (2010) contribui para entender as relações raciais no Brasil. Ela nos mostra que, apesar de existirem poucos estudos sobre branquitude como tema principal, há uma crescente preocupação com o assunto em função do fortalecimento do movimento negro e sua articulação com o Estado e a academia. Esta preocupação, por sua vez, indica que ainda há muito a ser descoberto sobre o tema, o que torna as pesquisas referentes à branquitude ainda mais importantes. Os estudos sobre branquitude são fundamentais para compreendermos a complexidade das relações raciais em contextos distintos de colonização.

Ao destacarmos as questões inerentes à branquitude, buscamos compreender como essas mecânicas de exclusão contribuem para a manutenção de desigualdades entre os

grupos sociais e a perpetuação de estereótipos relacionados à cor da pele. Além disso, destacando as questões da branquitude, buscamos entender melhor como as relações entre os negros e os brancos são marcadas pela desigualdade e pela discriminação.

A identidade racial dos pesquisadores brancos que trabalham com as relações raciais no Brasil pode ser construída de forma consciente ou inconsciente, o que significa que eles podem estar mais ou menos conscientes de suas referências etnoculturais. Esses pesquisadores podem usar a sua branquitude e a sua posição de poder para descrever e analisar as relações raciais, mas eles também devem ser conscientes de que isso pode trazer consigo certos privilégios e vantagens. Os estudos críticos da branquitude podem ajudar a compreender como esses pesquisadores brancos percebem e entendem o racismo, a desigualdade racial e as relações raciais, bem como eles constroem suas próprias identidades.

Nos Estados Unidos (1990), os estudos sobre branquitude se concentraram na análise de como a branquitude foi construída como um sistema de privilégios sociais e econômicos, que privilegia os brancos em relação a outros grupos raciais. Estes estudos também abordam o modo como a branquitude foi usada como meio de discriminação e opressão dos grupos racialmente minoritários. Além disso, os estudos sobre branquitude também abordam o modo como a noção de branquitude foi usada como meio de legitimação das estruturas de poder políticas, econômicas e sociais que estão arraigadas nos Estados Unidos. Nesse sentido, a raça tem sido usada como mecanismo de dominação para manter e aumentar a desigualdade entre os grupos. Por exemplo, podemos ver como a seletividade racial na educação tem contribuído para perpetuar as desigualdades entre os grupos, com os brancos tendo acesso a melhores oportunidades educacionais estruturalmente determinadas.

A narrativa colonial é uma forma de explicar as diferenças entre a Europa e os outros povos, que é baseada na ideia de que a Europa foi o centro do desenvolvimento civilizacional e as outras nações eram primitivas e inferiores. Esse tipo de narrativa foi usada como meio de justificar a dominação europeia sobre os outros povos e a exploração de suas riquezas. O grupo branco, por sua vez, sempre foi aquele que mais se apegou aos pressupostos originais dessa narrativa. Essas pessoas defendem a superioridade da Europa e o direito ao domínio sobre outras nações e culturas, e ainda se beneficiam desse sistema de exploração.

A Narrativa Mestra da Branquitude é basicamente um padrão de comportamento, atitude e valores que são associados aos brancos. Ela foi construída como um meio de manter a supremacia dos brancos, enquanto marginalizando, discriminando e excluindo outras raças. Esta narrativa reforça a ideia de que os brancos são superiores a todos os outros e que devem ter privilégios e direitos especiais. Ela também naturaliza as desigualdades racializadas existentes, limitando o acesso de outras raças a recursos e oportunidades. Por essa razão, é importante reconhecer e desconstruir a Narrativa Mestra da Branquitude, para que possamos construir um futuro mais justo e inclusivo para todos. A branquitude é um conceito que se refere à supremacia racial, que é algo que não se limita aos Estados Unidos. A supremacia branca é um fenômeno mundial que é vivenciado de formas diferentes em diferentes lugares, sendo que cada lugar tem suas próprias circunstâncias e contextos históricos que criam as bases para isso. No entanto, é importante lembrar que os Estados Unidos têm um papel importante no desenvolvimento do conceito e na manutenção da supremacia branca. Devido às suas práticas históricas de exclusão e discriminação racial, o país tem servido como exemplo de que a supremacia branca pode ser sistematicamente imposta e manter-se ao longo do tempo. Ao estudar esses padrões no contexto dos Estados Unidos, podemos aprender como a supremacia branca desenvolveu em certa medida a incapacidade de reconhecer a branquitude permite que os indivíduos brancos ignorem o modo como a raça molda sua vida e como se acumulam os privilégios raciais.

Essa afirmação também está alinhada com a análise crítica da branquitude, que destaca a maneira como ela é construída por meio de relações de poder, e procura compreender a branquitude tanto como uma identidade quanto como um privilégio social. Esta abordagem reconhece que a branquitude é uma construção histórica que tem efeitos desiguais sobre as pessoas de diferentes origens étnicas, desigualdades essas que precisam ser entendidas dentro de seus contextos históricos e locais. Os estudos sobre a identidade racial dominante devem ser internacionais, pois os privilégios advindos da branquitude não são exclusivos de um determinado país ou cultura. Eles estão presentes em praticamente todos os lugares, embora se manifestem de formas diferentes. É necessário compreender como os brancos se relacionam com outras culturas e como esses relacionamentos podem contribuir para a construção de um mundo melhor. Além disso, é preciso observar as formas como os brancos reagem às mudanças sociais e culturais, como a diversidade racial e de gênero, e como eles lidam com a desigualdade e a discriminação.

Por fim, é necessário investigar os modos através dos quais os brancos têm feito um trabalho consciente para se rebelar contra os privilégios advindos desse processo histórico de construção social.

Ao mesmo tempo, as noções de branquitude nesses contextos não são uniformes ou estáticas. Por exemplo, na África do Sul, a branquitude é definida com base na linhagem racial, enquanto na América Latina, ela é mais fluida e envolve uma variedade de identidades étnico-raciais. Isso significa que as definições de branquitude pós-colonial estão em constante mudança e evolução, à medida que novas noções de raça e etnia são criadas e reinterpretadas. Além disso, essas noções são muitas vezes influenciadas pelos processos históricos, políticos e sociais particulares das sociedades pós-coloniais.

Assim, é importante que as pessoas compreendam que a branquitude não é uma realidade homogênea e universal, mas sim uma construção histórica e particular, que está sujeita a mudanças ao longo do tempo. É necessário entender que a branquitude não é inata ou inevitável, mas sim uma forma de se expressar, que está sujeita às mudanças culturais, econômicas e sociais. Ao reconhecer que a branquitude é variável e temporária, podemos começar a desconstruir a ideia de que a branquitude é a norma universal, e abrir o caminho para uma verdadeira igualdade de oportunidades.

A questão do estado da arte de homens brancos pesquisando sobre branquitude é para mim um tema importante a ser discutido, considerando que esses pesquisadores não vivenciam as opressões decorrentes das relações raciais no Brasil e em outras partes do mundo. Embora seja importante que todos sejam capazes de refletir criticamente sobre sua própria identidade e privilégio, é essencial que a pesquisa sobre branquitude seja liderada por pessoas negras e outras minorias étnicas e raciais que têm experiência em primeira mão com a marginalização e a discriminação.

A pesquisa sobre branquitude realizada por homens brancos pode, em alguns casos, representar uma forma de se concentrar em si mesmos e não nas questões dos grupos marginalizados. Isso pode levar a uma análise superficial e simplista da questão da branquitude, com uma ênfase excessiva nas experiências individuais e nas "culpas brancas". Por outro lado, é importante ressaltar que alguns homens brancos podem ter uma compreensão mais profunda e crítica das questões raciais, e que sua pesquisa sobre branquitude pode oferecer perspectivas valiosas para a compreensão das estruturas sociais que sustentam a desigualdade racial.

No entanto, é importante que esses pesquisadores trabalhem em colaboração com pessoas negras e outras minorias étnicas e raciais, e deem espaço e voz às perspectivas desses grupos. A pesquisa sobre branquitude deve ser uma abordagem interseccional, considerando não apenas a raça, mas também outros fatores que influenciam a experiência de opressão, como gênero, orientação sexual e classe social.

Para ilustrar essa reflexão teórica sobre o estado da arte das pesquisas na relação entre branquitude e ciberativismo negro, apresentamos um déficit logo na introdução de pesquisas com essa temática em números gerais em cursos de pós-graduação, nível de mestrado e doutorado. Em uma pesquisa mais aberta a artigos, no portal Capes<sup>6</sup>, somente cinco artigos são relacionados nos últimos cinco anos. Ao passo que em uma pesquisa mais ampla no que tange a revistas acadêmicas de toda ordem, esse número aumenta significativamente. Pesquisa feita no google acadêmico<sup>7</sup>, com uma busca por ciberativismo negro, apareceram 1.560 resultados. Isso é resultado ainda de uma aparente seletividade acadêmica nas revistas mais qualificadas, visto que para publicar em determinadas revistas é necessária uma titulação mínima para aceite da publicação.

#### **4.1. A branquitude como campo de estudo**

O euro centrismo é uma visão de mundo baseada na superioridade da cultura europeia e na inexistência de outras culturas ao seu redor. É importante notar que a visão de mundo eurocêntrica é baseada em um modelo de hierarquia e de superioridade, onde culturas não-europeias são naturalizadas como inferiores e, portanto, desconsideradas. A codificação das diferenças culturais desempenha um papel importante na perpetuação desse euro centrismo, pois ela define e cataloga os elementos culturais de um grupo humano como se fossem elementos naturais. Além disso, a ideia de raça é particularmente destacada como um elemento que separa os grupos humanos e que pode ser usado para justificar a inferioridade de alguns grupos em relação a outros. O conceito de raça teve um papel importante na história humana, sendo usado para justificar formas de discriminação, exploração e violência contra povos, grupos e indivíduos. Na atualidade, o conceito de raça ainda é utilizado como um fator importante para definir as diferenças entre os grupos e para

---

<sup>6</sup> <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primio.html>. Acesso em 09/06/2023

<sup>7</sup> [https://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang\\_pt&q=ciberativismo+negro&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?lr=lang_pt&q=ciberativismo+negro&hl=pt-BR&as_sdt=0,5). Acesso em 09/06/2023

estabelecer relações de poder e de dominação entre etnias e povos. É comum vermos os governos dos países desenvolvidos se apoiarem em políticas que discriminam grupos racializados, como a imigração, o emprego ou a educação. Estas políticas são usadas para perpetuar a desigualdade entre os grupos e criar relações de poder entre eles.

A perspectiva colonialista é uma abordagem que é caracterizada pelo desrespeito e pela não aceitação das culturas e das pessoas que são diferentes das que são consideradas normais ou padrão. Esta abordagem é muitas vezes aplicada por nações ou grupos que acreditam que têm o direito de impor suas crenças e cultura sobre outras pessoas. Isto é geralmente feito por meio da força, da pressão econômica, da ameaça de violência e por outros meios. Esta abordagem implica frequentemente a recusa do reconhecimento do outro como igual e a sua conversão em objeto de manipulação. O colonialismo é um dos principais motivadores desta abordagem e pode ser encontrado em toda a história da humanidade.

A branquitude crítica é aquela que se dispõe a observar o seu lugar de privilégio dentro da sociedade e a examinar as formas como isso pode ser desconstruído. Esta abordagem enfatiza a necessidade de que as pessoas brancas reconheçam e assumam sua responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Esta abordagem também enfatiza a necessidade de que as pessoas brancas se envolvam ativamente na luta por igualdade racial e na desconstrução de estruturas sistêmicas de opressão. A branquitude acrítica, por outro lado, é aquela que se recusa a observar o seu lugar de privilégio e a examinar as formas como pode ser desconstruído. Para Lourenço Cardoso, “trata-se de uma tarefa a ser realizada cotidianamente por brancos antirracistas, que vivem os conflitos de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão” (CARDOSO, 2008, p. 173).

Os privilégios que resultam do pertencimento a um grupo opressor é um dos conflitos a serem enfrentados, particularmente, pelos brancos antirracistas. Esse conflito pessoal tende a emergir no momento em que se visibiliza a identidade racial branca. Desta forma, a branquitude crítica segue mais um passo em direção à reconstrução de sua identidade cultural com vistas à abolição do seu traço racista. A primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, insistência da crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo (CARDOSO, 2008, p.177).

Para contornar esse problema, Lourenço sugere que os acadêmicos devem focalizar suas pesquisas nas relações sociais e culturais entre as diferentes camadas da sociedade. Ao invés de limitar seus estudos ao racismo, eles devem procurar compreender como o

racismo se manifesta em diversos níveis, incluindo o acesso à educação, emprego, cultura, saúde e outras questões importantes. Além disso, Lourenço acredita que os acadêmicos devem procurar desenvolver estudos que abordam o racismo estrutural de forma mais profunda, analisando como ele é perpetuado e quais são as consequências desta perpetuação. É importante também que os acadêmicos busquem entender os efeitos do racismo estrutural para as camadas marginalizadas.

A discussão se baseia na ideia de que os brancos são na maioria das vezes vistos como "normais", tornando sua identidade racial praticamente invisível. Isso significa que os brancos podem passar por experiências e interações diárias sem serem conscientes de sua própria branquitude. Isso também significa que os brancos têm mais liberdade para definir seus próprios interesses, preferências e valores sem serem influenciados pelos estigmas associados às outras raças. No entanto, a discussão também destaca que a invisibilidade da branquitude pode levar a formas de privilégio e discriminação inconscientes.

A política de ações afirmativas visa aumentar a presença de pessoas de grupos minoritários nos espaços acadêmicos, garantindo assim que sejam representados de forma mais justa. Esta política tem sido adotada por muitas universidades para garantir que os alunos sejam selecionados com base em critérios diversos, bem como para garantir que os grupos minoritários sejam devidamente representados. Essa política também tem o objetivo de promover oportunidades iguais e melhorar o acesso aos espaços acadêmicos para os grupos minoritários. Por exemplo, as universidades podem oferecer bolsas de estudo para estudantes de grupos minoritários, facilitar o acesso a programas especiais para estudantes de minorias étnicas, raciais e culturais.

Em sua tese de doutoramento com o título *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil*, Lourenço Cardoso estudou através da técnica de coleta de dados por entrevistas onde o "branco pesquisador que estuda o negro, a cultura, o universo" negro". O objetivo desta pesquisa era analisar os discursos, práticas e representações da branquitude no Brasil. O autor argumentou que, no Brasil, a branquitude é estruturada por um sistema de poder fundado na desigualdade racial, uma hierarquia racial e racismo estrutural. Ele utilizou essa técnica de coleta de dados para entender os discursos dos entrevistados sobre a branquitude e seu papel na sociedade brasileira.

Ao analisar os resultados, o autor concluiu que existe uma ligação entre a branquitude e o poder, pois as pessoas brancas têm maior acesso às oportunidades e recursos, e também são mais privilegiadas em todas as áreas da vida. Além disso, o autor

concluiu que, para mudar o status quo, é preciso entender o papel dessa branquitude dentro da academia. Sua questão/problema consistiu em “Por que o branco pensa o Outro e não em si? ” e, por conseguinte, “o que leva o acadêmico branco a pesquisar o negro e esquecer-se de si? ”, portanto, buscou identificar as características culturais e psicológicas da branquitude contemporânea utilizando tanto das teorias sobre a raça, os estudos de branquitude e também dos estudos “descoloniais” e da epistemologia clássica.

A branquitude, assim como outras identidades étnicas e raciais, é algo construído socialmente. Isso significa que a branquitude é um grupo social definido pelas relações de poder e privilégios que os brancos têm em relação a outros grupos raciais. Por isso, quando o sujeito branco se sente discriminado por políticas de discriminação “justas”, como as ações afirmativas, ele está simplesmente questionando a sua posição de privilégio e não a ideia de pertença étnica e racial. É importante que as pessoas brancas entendam que elas têm privilégios inerentes à sua identidade racial e que esses privilégios são construídos socialmente. Ao entender isso, elas podem se tornar mais conscientes e responsáveis por um processo de transformação social.

#### **4.2. Ética decolonial dos valores**

A decolonialidade é centrada na recuperação do conhecimento, práticas e narrativas dos povos colonizados, e na reafirmação de sua identidade, história e cultura. É também um projeto político que busca desconstruir as forças coloniais e construir novas narrativas sobre as relações entre sujeitos colonizadores e colonizados. É um projeto de resistência que busca desconstruir as práticas coloniais, bem como o racismo, o sexismo, a homofobia e outras formas de opressão, e construir uma relação igualitária. É, portanto, um projeto de emancipação em que as pessoas colonizadas estão no centro de sua construção.

Uma ética além das aspirações racionais deve reconhecer a importância de nos relacionarmos com outras pessoas. Devemos nos esforçar para tratar os outros com dignidade, respeito, gentileza e compaixão. Devemos nos comprometer a cultivar relacionamentos saudáveis e encorajar a reciprocidade, dando e recebendo. Devemos enfatizar a conexão, a responsabilidade mútua e a contribuição que cada um pode fazer para a comunidade. Devemos nos lembrar de que nenhum de nós é uma ilha; todos nós somos afetados pelas ações e decisões dos outros.

A colonialidade do poder, do ser e do saber tem se mostrado fundamental para o entendimento de como se dá a divisão de classes e hierarquia social na maioria dos países.

Esta perspectiva possibilita a compreensão de como a realidade é construída, reforçando ideais subjacentes que são dominantes. Esta colonialidade é ainda mais forte quando se considera a relação entre países. Aqui, a hegemonia de alguns países sobre outros tem contribuído para a existência de desigualdades econômicas, sociais e culturais entre os países. Entender a colonialidade do poder, do ser e do saber é importante para que possamos identificar as desigualdades e trabalhar para transformá-las em algo mais justo e igualitário. É necessário repensar caminhos já trilhados nos processos de colonização. Construir uma ética que seja sensível aos processos de interação e que, além disso, busque ampliar sua própria compreensão para além do racional. Uma ética que seja capaz de reconhecer as relações e interações entre os sujeitos, e que permita a possibilidade de estabelecer uma conexão afetiva entre eles. Uma ética que considere a responsabilidade do sujeito em relação ao outro, e que seja capaz de refletir sobre as diferenças e dificuldades que as relações trazem consigo. É necessário construir uma ética que seja capaz de compreender e abraçar a diversidade, não apenas das ideias, mas também das práticas e das culturas. Uma ética que reconheça a importância do outro como sujeito ativo da história.

A partir principalmente das contribuições do trabalho do professor Thiago Teixeira, que é um teólogo e filósofo que tem se dedicado à reflexão sobre ética, política e teologia a partir de uma perspectiva decolonial, compreendo a questão da ética colonial dos valores, que se refere à ideia de que os valores ocidentais são universais e superiores a todos os outros. Essa visão, segundo Teixeira, é uma forma de colonização que busca impor uma forma de vida e de pensamento a outras culturas, desconsiderando suas diferenças e subjugando-as. A ética colonial dos valores se manifesta em diferentes aspectos da vida social, como a economia, a política, a religião e a cultura em geral.

Essa postura ética decolonial também envolve a desconstrução dos privilégios e hierarquias que sustentam a ética colonial dos valores, bem como a luta contra as diferentes formas de opressão e marginalização que afetam os grupos subalternizados. Em resumo, entendo a ética colonial dos valores é uma forma de colonização que busca impor uma visão ocidental e universal de valores sobre outras culturas. A reflexão de Thiago Teixeira aponta para a necessidade de uma postura ética decolonial baseada no respeito à diversidade cultural e na luta contra as diferentes formas de opressão e marginalização.

A decolonialidade é um desafio ao colonialismo e ao pensamento moderno/colonial. Esta abordagem de pensamento busca eliminar as hierarquias e inequidades impostas pelo

colonialismo, e reconstruir a dignidade e a autonomia das culturas, subjetividades e conhecimentos que foram desvalorizados e excluídos das narrativas hegemônicas.

Assim, as diferentes formas e mecanismos de dominação, que persistem em nossa sociedade, são diretamente ligados à estrutura de poder, que perpetua os privilégios de alguns e a desigualdade de outros. Esta estrutura inclui o sexismo, o racismo, o etnocentrismo, o patriarcado, entre outros. Estes são fatores que criam e mantêm desigualdades entre grupos sociais, criando relações de poder. Estas relações de poder criam hierarquias entre grupos, impondo uma hierarquia de direitos e deveres, com os grupos mais privilegiados na parte superior e os mais vulneráveis na parte inferior. Estas hierarquias são mantidas por mecanismos de punição e domesticidade, que visam garantir o status quo e a manutenção das estruturas de poder, que historicamente como fruto do colonialismo, marcadas fortemente pela questão racial.

Isso acontece através de práticas como a imposição de leis e regulamentos aos súditos, a exploração dos recursos naturais, a exploração de mão de obra e a manipulação dos meios de comunicação. Estas práticas são usadas para impor suas vontades sobre os outros e impor seus interesses. Isso leva a uma desigualdade de poder, onde os colonizadores têm mais controle e influência sobre a vida dos outros.

Dar voz às narrativas e experiências de povos colonizados e marginalizados, permitindo a criação de uma nova epistemologia, que nos permita desenvolver narrativas, práticas e discursos que construam uma nova compreensão da realidade, que reflita a diversidade de perspectivas. Esta epistemologia deve abarcar a descolonização do conhecimento, a reinterpretação dos fatos e a reconfiguração de modelos, recursos e práticas que reflitam as realidades de diferentes grupos sociais e culturais. O uso de ferramentas, tais como a teoria crítica, a teoria do discurso, a narrativa pós-colonial e a teoria feminista, nos ajudam a desconstruir os modelos de conhecimento hegemônico e a construir novas narrativas e práticas cotidianas.

Neste contexto, a negligência em relação ao diálogo reflete a falta de tolerância, a incapacidade de se colocar no lugar do outro e a incapacidade de reconhecer a diversidade de opiniões. Além disso, a falta de diálogo gera uma cultura de confronto e de competição, que são fatores que contribuem para a manutenção de um sistema político individualista. A abertura para o diálogo e o reconhecimento da diversidade de opiniões é fundamental para construir relações mais saudáveis e para encontrar soluções mais inclusivas em nível local e global.

Segundo Teixeira (2021), a moral é um conjunto de valores, regras, sentidos e representações que nos ligam às experiências sociais, também se faz necessário pensar a ética como uma ação de avaliação constante, não só racional, mas de afetação sobre os impactos desses valores na vida dos sujeitos e na construção do bem comum, de fato comum.

A moralidade neste contexto indica que não devemos apoiar e nem tolerar nenhum tipo de supremacismo, pois isso leva ao uso da violência e da coerção para impor ideias e valores sobre outros grupos. Esta conduta é contrária aos valores éticos e morais da sociedade. Não há lugar para o ódio ou a discriminação em nossa sociedade, e devemos nos esforçar para construir um ambiente de respeito mútuo, diálogo e compreensão.

Ética é a reflexão, consciência moral e até mesmo a prática de princípios morais que nos permitem definir o que é certo ou errado, bem ou mal. O pensamento ético, então, é o modo como encaramos o mundo e o julgamos de acordo com os princípios morais que nos são ensinados e pelos quais nos guiamos. O valor do pensamento ético, portanto, está na dimensão da alteridade, na capacidade de reconhecer e respeitar o outro, independentemente de sua raça, religião, nacionalidade, gênero ou qualquer outra característica. É a busca pela justiça e igualdade, pela compreensão e solidariedade. É o reconhecimento do outro como sujeito, como alguém que tem direitos e que deve ser tratado com justiça e respeito.

A ética propõe, portanto, um novo modelo de ação, representação e percepção que seja mais justo e equilibrado. Ela se baseia no princípio da justiça, que exige que os direitos e as responsabilidades de todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária. A ética visa à construção de um mundo em que os direitos fundamentais de todos sejam respeitados, e o bem-estar de cada um seja garantido. A ética também tem como objetivo a redução da desigualdade e a promoção de um ambiente de equidade e tolerância para com todos os seres humanos.

Uma ética decolonial busca promover a igualdade, a justiça e a liberdade para todos, reconhecendo a importância e a dignidade de todos os seres humanos, independentemente de gênero, etnia, classe ou orientação sexual. É uma ética que busca desafiar e desestabilizar os valores impostos pelo sistema de dominação. Ela reconhece que a vida de todos deve ser valorizada e que as pessoas devem ser tratadas com dignidade e respeito. A ética decolonial também rejeita as narrativas coloniais que impõem uma hierarquia entre povos, privilegiando alguns em detrimento de outros. Ela busca uma visão abrangente do

mundo, que enfatiza a interconexão entre todas as formas de vida. A ética decolonial procura desafiar os sistemas de moralidade restritiva ao questionar as ideias e crenças subjacentes a esses sistemas.

Esta ética procura desenvolver uma abordagem mais holística e inclusiva da moralidade, que não se limita aos preceitos tradicionais e busca abordar as questões de justiça social, equidade e bem comum. Ao invés de privilegiar e retroalimentar os interesses de grupos dominantes, a ética decolonial prioriza a equidade e a consciência dos direitos dos grupos subalternizados. A ética decolonial não apenas denuncia o uso da moralidade restritiva como um mecanismo para perpetuar o dano, mas também procura oferecer alternativas que possam promover o bem comum.

Por isso, consideramos que uma ética antirracista, decolonial e insurgente recusa as bases individualistas, universalistas, abstratas, não localizadas e incorpóreas que dão sustentação às perspectivas morais da branquitude e dos seus eixos de manutenção de poder (Teixeira, 2021, p. 38)

A moralidade está relacionada com a consciência moral, o que significa que ela envolve a capacidade de reconhecer o que é certo e errado. Ela é baseada em regras, princípios e crenças que são considerados aceitáveis pela sociedade, e ajuda a estabelecer padrões de comportamento e de julgamento. A moralidade é importante para manter a ordem e a estabilidade na sociedade, pois ajuda a criar um sistema de normas e valores que os indivíduos são obrigados a seguir. Ela também ajuda a definir os limites de comportamento apropriado e o que é considerado inaceitável.

As restrições morais impostas por uma sociedade podem ser responsáveis por criar um ambiente em que certas opiniões sejam censuradas e certos comportamentos sejam socialmente inaceitáveis. As leis e as normas sociais estabelecidas se tornam então mecanismos de controle que limitam a liberdade das pessoas, criando assim uma cortina de fumaça que esconde os pressupostos que regulam as ações que dão um norte às instituições e, conseqüentemente, padronizam as exclusões. Esta limitação impede a abertura de debates honestos sobre os direitos fundamentais das pessoas, limitando a liberdade de expressão e os direitos humanos.

Segundo o professor Teixeira (2021), a ética decolonial precisa denunciar o caráter histórico e, portanto, mutável dos valores. A moral é um princípio regulador das relações sociais que busca estabelecer padrões de comportamento e organização social, estabelecendo limites ao que é permitido ou não. O que é considerado moralmente correto

varia de cultura para cultura e, mesmo dentro de uma cultura, pode haver uma variedade de interpretações sobre o que é moralmente correto.

No entanto, a moral geralmente serve como um meio para regular o comportamento humano e promover o bem-estar social. A moral, portanto, não pode ser considerada como um conjunto de normas rígidas para regular as relações sociais, pois ela é influenciada por fatores culturais, históricos e sociais. Além disso, a moral também pode ser influenciada por interesses hegemônicos.

A filósofa Marilena Chauí (2017) nos ensina que toda moral é normativa, pois lhe cabe a tarefa de inculcar nos indivíduos os padrões de conduta, os costumes e os valores da sociedade em que vivem. A vulnerabilidade também é alimentada pelos processos de dominação econômica, social, política e cultural que garantem que os grupos mais marginais e oprimidos sejam excluídos das decisões sobre sua vida e meios de subsistência. Esses processos geram e mantêm o desequilíbrio de poder e a desigualdade estrutural. Por último, a vulnerabilidade é exacerbada por políticas e práticas governamentais que não apenas ignoram, mas também perpetuam a desigualdade, concentrando as oportunidades e recursos nos grupos dominantes.

Somos conhecidos pela suposta democracia racial, mas, na verdade, essa cortina de fumaça que nos impede de enfrentar os dilemas raciais, no decorrer das décadas no Brasil, é fruto dessa dissimulação política, herdeira do ódio colonial (Teixeira, 2021, p. 55).

A construção política da norma é um processo complexo que envolve múltiplos atores e instituições. Estes atores e instituições lidam com questões como a definição de direitos, as responsabilidades e os deveres de cada um, bem como as normas e regulamentos que regem as relações sociais. A norma é, portanto, construída a partir do processo de negociação entre os atores e as instituições que participam na sua definição. Entretanto, a produção política da degradação também faz parte deste processo complexo. Esta produção política da degradação pode ocorrer devido a desigualdades de poder entre os diversos agentes da sociedade, bem como às práticas e discursos que reforçam a discriminação.

Não é que não tenhamos nos falado. O fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas saberes inválidos, ou, então, representadas por brancos que, ironicamente, tornam-se especialistas em nossa cultura, mesmo em nós (Kilomba, 2019, p. 51).

Finalizo esse capítulo com a assertiva de que ser antirracista é, continuamente, quebrar as produções imagéticas, normativas e políticas que desautorizam vozes negras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa tem muito de motivação pessoal minha enquanto sujeito pesquisador, mas no transcorrer do trabalho percebi as inúmeras variáveis possíveis de desdobramentos possíveis que poderia seguir. Toda minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica me trouxe a esse texto. Os tempos atuais podem e devem ser de maior atenção e ação em torno de temas historicamente negligenciados pela academia, um espaço de poder e de ascensão socioeconômica para as parcelas da população mais marginalizadas. Nesse sentido também, não cabe mais a segmentação dos conhecimentos em compartimentos, fato, pois que todos estão mais ou menos imbricados.

Sou um sujeito branco, com antepassados brancos, e possivelmente não tive na genealogia familiar, ao menos oficialmente, a participação genética de pessoas negras ou indígenas. Importa ressaltar que hoje compreendo que, mesmo sendo oriundo das classes populares, a minha branquura me impediu de ser vítima de algumas situações, mas também, me possibilitou ter acesso a lugares, conhecimentos e vivências que pessoas não brancas raramente tiveram. Mesmo sendo quase a vida toda estudante de escola pública, não me recordo de amigos negros, muito menos professoras negras.

Hoje percebo que o movimento, a ação de estudar e vivenciar momentos, como cursar uma especialização em educação para as relações étnico raciais e um mestrado em ciências humanas, para poder compreender até que ponto e como posso contribuir para as mudanças paradigmáticas das relações sociais estabelecidas. Desenvolvo também algumas práticas pedagógicas na escola que leciono, com base nos debates das relações étnico raciais, mas que ainda são muito incipientes e se configuram mais como iniciativas individuais dentro da escola visto que a mesma não cumpre a Lei 10.639/03<sup>8</sup>. Creio que a minha compreensão de sujeito branco, racializado ainda é muito incompleta, visto que essa completude só vem com muito estudo e vivências, o tempo mesmo, mas de alguma forma estou passando as fases descritas por Grada Kilomba, escritora afro portuguesa que os sujeitos brancos passam ao terem contato com esse debate racial, e creio já ter ao menos superado a fase da culpa e me movimentado cada vez mais no sentido direto e constante na luta antirracista.

---

<sup>8</sup>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Relacionando essa minha trajetória individual e a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, observo que a temática do ciberativismo um elemento inevitável na análise das relações sociais modernas, através de estudos e pesquisas que se fundamentam no uso da rede mundial de computadores. Esse advento trouxe consigo fatores positivos e negativos e salientou vícios e virtudes que são um reflexo do mundo real. A difusão e proliferação de redes sócias de comunicação e divulgação dos mais variados temas, proporcionou a pessoas e movimentos historicamente marginalizados, no caso desta pesquisa, de sujeitos e grupos negros, a terem acesso a espaços e pessoas antes inimagináveis. Essa projeção tem elementos que auxiliam em seu crescimento, na ampliação do conhecimento e acesso a outras epistemologias. Por tanto, o ciberativismo é um conceito elementar dos nossos tempos e que cada vez mais se tornará ao mesmo tempo comum e complexo dado a evolução dos meios de comunicação virtuais.

O ciberativismo negro surge como uma importante forma de resistência na luta contra o racismo no ambiente virtual. Com o avanço das tecnologias e o aumento das redes sociais, o ativismo online ganhou maior visibilidade e força nos últimos anos. Por meio de hashtags, posts, compartilhamentos e mobilizações virtuais, os ativistas negros têm se organizado e lutado contra a opressão e a violência que sofrem cotidianamente.

Entretanto, é importante ressaltar que a violência também migra para o mundo digital. O racismo na internet se manifesta em comentários e ofensas racistas e ameaças online. Além disso, a disseminação de discursos de ódio e informações falsas também podem prejudicar a luta dos ativistas negros.

No contexto do perfil de mulheres negras no Instagram, é importante destacar que elas foram reconhecidas como importantes vozes em defesa da causa antirracista. Muitas delas utilizam suas contas na rede social para falar sobre autocuidado, empoderamento e denúncias de casos de racismo dos quais são alvo. Entretanto, é importante considerar que a violência de gênero também se manifesta no ambiente virtual, e mulheres negras estão ainda mais vulneráveis a diversas formas de violência.

Não obstante, por muito tempo pesquisadores brancos dentro de uma perspectiva progressista, privilegiados por poderem acessar espaços de poder como a academia vinha em determinadas áreas pesquisando temas relacionados à negritude, reproduzem o racismo institucional e científico, e ainda o fazem, não compreendendo a emergência de se desconstruir a ideia do sujeito branco como universal e assim, empreender estudos sobre a branquitude. A partir de iniciativas de pesquisadores estadunidenses, o Brasil também

tem seus pilares nesse debate, uma vez que dentro de uma perspectiva decolonial da construção dos saberes, é fundamental mudar o prisma de análise da realidade. Emerge a necessidade de a branquitude enquanto grupo social privilegiado ter como objeto de pesquisa o sujeito branco para compreender as relações sociais fundamentadas pela questão racial.

A construção histórica da branquitude é um processo social, político e cultural que se iniciou no período colonial e que, ao longo dos séculos, consolidou-se nas sociedades ocidentais. Esse processo foi marcado pela superioridade racial atribuída aos brancos em relação aos não brancos, fundamentada em um discurso que os apresentava como mais inteligentes, civilizados e superiores em todos os aspectos.

A branquitude é um constructo social que foi sendo construído e se consolidou ao longo do tempo, fomentado por discursos oficiais e populares que validavam o racismo. Com o passar dos anos, o estereótipo do branco foi sendo reforçado, e a cultura branca foi imposta como a única perspectiva legítima e correta.

Nesse sentido, o privilégio epistêmico é uma das ramificações do racismo, que ocorre quando o conhecimento produzido por uma determinada cultura ou etnia é valorizado e considerado superior quando comparado com outros. Assim, os brancos passaram a dominar a produção de conhecimento, tornando-se os protagonistas da história, e os não brancos foram excluídos e invisibilizados.

Essa hegemonia branca na produção de conhecimento tem como consequência a naturalização da branquitude como superior e, portanto, criando um privilégio epistêmico que os coloca em vantagem em relação a outros grupos étnicos. A história, a literatura, a arte e o pensamento são produzidos a partir da ótica branca, o que perpetua a falta de representatividade e invisibilidade de outras culturas.

Portanto, é fundamental reconhecer a construção histórica da branquitude como um processo de poder que beneficiou e ainda beneficia a população branca, reforçando o racismo estrutural. É preciso desconstruir o privilégio epistêmico e reconhecer a importância e a legitimidade dos saberes produzidos por outras culturas, dando voz e espaço para que elas também possam ser protagonistas na produção de conhecimento e na construção de uma sociedade mais igualitária. As lutas antirracistas trazem não somente uma reflexão mas também inúmeras possibilidades de operar as necessárias transformações sociais.

O racismo é um problema grave que tem afetado a humanidade há séculos. É um fenômeno que está presente em todos os setores da sociedade, e pode ser observado em

várias formas, desde comentários e piadas ofensivas à discriminação sistemática e exclusão social. Para combater esse problema, é necessário adotar uma prática antirracista, ou seja, uma abordagem que visa combater o racismo e promover a equidade e a inclusão de todas as pessoas. Neste texto, discutiremos algumas das melhores práticas antirracistas que podem ser adotadas para enfrentar o racismo.

Para combater esses estereótipos, a educação pode ser uma poderosa ferramenta. É importante que as escolas ensinem a história das diversas raças e culturas, destacando suas contribuições e desafios enfrentados. Além disso, é fundamental que o currículo inclua assuntos que eduquem sobre a discriminação racial, o privilégio branco e a história de lutas por igualdade. Outras instituições, como empresas e organizações, também podem oferecer treinamentos sobre diversidade, equidade e inclusão para seus funcionários e colaboradores.

A representatividade é essencial para promover a inclusão e combater o racismo. É importante que haja diversidade nos meios de comunicação, entretenimento e publicidade, para que as pessoas de diferentes etnias e culturas sejam vistas e ouvidas. Quando apenas um grupo é privilegiado com a representação, isso pode levar ao reforço de estereótipos e à exclusão das vozes e perspectivas de outros grupos. A inclusão também pode ser promovida por meio de cotas e políticas de ação afirmativa, que dão oportunidades iguais para todos, independentemente de sua raça ou cultura.

O preconceito é uma forma de discriminação que se manifesta em atitudes e comportamentos negativos em relação a pessoas de outras culturas ou raças. O preconceito pode ser combatido por meio do diálogo e da reflexão. É importante que as pessoas conversem sobre as diferenças culturais e tentem aprender sobre elas, sem julgamentos ou estereótipos. Também é importante chamar a atenção para comportamentos preconceituosos, mostrando como esses comportamentos podem ser ofensivos e como podem levar ao racismo.

O empoderamento é outra forma importante de combater o racismo. Quando as pessoas são empoderadas, elas ganham mais autonomia e voz. A autorrepresentação é uma forma de empoderamento, e pode ser promovida por meio de grupos de ativista social, organizações comunitárias e movimentos. Esses grupos permitem que as pessoas possam se organizar e ter voz ativa em suas lutas por equidade e emancipação. Além disso, o empoderamento econômico também é importante, pois permite que as pessoas possam ganhar mais independência financeira e ter melhores oportunidades para si e suas famílias.

O racismo é um problema que não pode ser ignorado. Para combatê-lo, são necessárias medidas antirracistas eficazes, que envolvem educação, representatividade, combate ao preconceito e empoderamento das pessoas. Para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, é importante que todos se comprometam com essas práticas antirracistas. Cada um de nós tem um papel nessa luta, seja na esfera pública ou na privada. Juntos, podemos formar uma frente unida contra o racismo e promover a equidade e a justiça.

Educar-se sobre o racismo e seus efeitos, ler livros, artigos, assistir filmes e documentários que abordem a história e a realidade das pessoas negras e indígenas, reconhecer os próprios privilégios e preconceitos, ouvir as vozes e as demandas dos grupos oprimidos. Apoiar projetos e organizações que defendem os direitos das populações negras e indígenas, doar recursos, divulgar iniciativas, colaborar com ações que visem à melhoria de vida, à valorização cultural e à reparação histórica desses grupos. Participar de manifestações pacíficas contra o racismo, ir às ruas, às redes sociais, aos espaços públicos e privados para denunciar e combater as diversas formas de discriminação racial, exigir justiça e políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Integrar ou apoiar movimentos sociais antirracistas, existem vários movimentos que lutam contra o racismo no Brasil, como o Movimento Negro Unificado, a Frente Favela Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros. Esses movimentos organizam-se em torno de pautas específicas, como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a educação popular, a cultura afro-brasileira, etc.

Por fim e não menos importante, as assertivas sobre uma nova dimensão ética das relações sociais e interpessoais são substancialmente modificadas, ainda que de forma latente, dentro de uma visão e prática decolonial. É proposital dentro da lógica colonial que a sociedade seja autofágica e isso traz em seu bojo inúmeros prejuízos a curto, médio e longo prazo, para os sujeitos e para as sociedades. Uma nova ética pautada no que conhecemos como alteridade, modifica substancialmente a compreensão da realidade e, por conseguinte, pode alterar a forma como sujeitos e instituições articulam e executam suas funções sociais.

A lógica colonial de ética é autofágica porque se alimenta de si mesma, reproduzindo e perpetuando a hierarquia de valores que a justifica. Essa lógica baseia-se na ideia de que os colonizadores possuem uma superioridade moral, cultural e intelectual sobre os

colonizados, e que essa superioridade é justificada por valores considerados universais, como a razão, o progresso e a civilidade. No entanto, esses valores não são verdadeiramente universais, mas sim construções sociais e culturais que refletem a visão de mundo dos colonizadores. Ao adotar essa lógica colonial como ética, os colonizadores subjagam e inferiorizam outras culturas e formas de conhecimento, gerando uma dinâmica em que se torna impossível para as culturas colonizadas se desenvolverem e se afirmarem como iguais.

Essa lógica, portanto, é autofágica porque impede a diversidade cultural e a pluralidade de perspectivas de serem valorizadas e reconhecidas, gerando um esgotamento das próprias bases da civilização que a justifica. Além disso, a exclusão sistemática de outras culturas e saberes, resultado dessa lógica colonial, priva a sociedade de uma riqueza e multiplicidade de visões que poderiam contribuir para o seu desenvolvimento e evolução.

Em resumo, a lógica colonial de ética é autofágica porque alimenta-se de si mesma e impede o desenvolvimento e a diversidade cultural, perpetuando a subjugação de outras culturas e gerando um esgotamento das próprias bases da civilização que a justifica.

As abordagens da ética colônia e da branquitude se conectam por meio da análise do papel dos valores europeus na manutenção da branquitude como um privilégio. A ética colonial dos valores permitiu que a superioridade branca fosse justificada por meio de valores considerados universais, esquecendo-se de que esses valores eram construções sociais e culturais que refletiam a visão de mundo dos colonizadores.

Ao mesmo tempo, a branquitude se mantém como privilégio por meio da naturalização desses valores como universais e incontestáveis, impedindo que outras visões de mundo e formas de conhecimento possam ser valorizadas e integradas à sociedade. Isso resulta em uma exclusão sistemática dos conhecimentos e saberes produzidos pelas culturas não-brancas, que é perpetuada pela ideia de que a única forma de obter sucesso na sociedade é assimilando os valores e hábitos da cultura dominante.

Assim, a ética colonial dos valores e a branquitude são elementos fundamentais para pensar a construção social da sociedade, permitindo analisar como as hierarquias sociais e raciais são construídas e mantidas. Estudá-las envolve questionar os valores universalistas e a naturalização dos conhecimentos produzidos por uma única cultura, abrindo espaço para a valorização e integração de outras perspectivas e saberes.

A articulação entre ciberativismo e branquitude de forma conceitual e com um desdobramento na observância das práticas sociais modernas, podem explicar muito, dentro de uma perspectiva histórica e crítica, de como sujeitos, grupos e instituições lidam com questões sensíveis a grupos minoritários, mas que cada vez mais vem ocupando espaços de reflexão e poder dentro da nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Luciana. **Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele.** Dissertação de mestrado. Faculdade de educação, Universidade de São Paulo - 2010.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**, volume 2, tradução Sérgio Millet, 3a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo. Companhia das Letras, 2022.
- Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afro diaspórico.** 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2019.
- CARDOSO, Lourenço. **Retrato do branco racista e anti-racista.** Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055> , 2010.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo, Selo Negro, 2011.
- CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- CASTELLS, MANUEL. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CESÁIRE, Aime. **Discurso sobre colonialismo.** São Paulo, Veneta. 2018.
- CHAUI, Marielena. **Convite à filosofia.** São Paulo. Atica. 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIJK, Teun Van: **A construção da imagem do negro latino-americano por um jornal internacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador. Edufba. 2008.
- FERNADES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERREIRA, Lúcia F. **“Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”**: história e sentidos de três conceitos viajantes. USP: Via Atlântica nº 9 jun/2006; 163 - 183. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via09/Via%209%20cap12.pdf>.

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não-marcada**. In: WARE, Vron (org.) **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 307 – 338.

FRYER, Roland G.; e LOURY, Glenn C. **Affirmative Action and Its Mythology**. American Economic Association. The Journal of Economic Perspectives, vol. 19, Nº.3 (Summer, 2005), pp. 147-162.

González, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo. Ed. Zahar.2020

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador – saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Anseios – raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamille Pinheiro, São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz – pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo, São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Olhares negros – raça e representação**. Tradução Stephanie Borges, São Paulo: Elefante, 2019.

KETTREY, Hearther Hensman; LASTER, W. **Racismo daltônico na manutenção de limites raciais em um site popular demarcando território na "World White Web"**: 2014

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. São Paulo, Cobogó, 2019.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34; 3ª edição. São Paulo. 2010

LEWKOWICZ, I. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**. São Paulo. Unesp. 2008.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. **Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos**. Universidade federal da Bahia. Faculdade de filosofia e Ciências humanas. Programa de pós-graduação em psicologia/ mestrado. Salvador - 2007

TRINDADE, Luiz Valério P. **Formas contemporâneas de racismo e intolerâncias nas redes sociais**. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/formas-contemporaneas-de-racismointoleranciasnasredessociais/?gclid=CjwKCAjw5pShBhB\\_EiwAvmnNV4XC896i4M7VdqJ5\\_7aWMEVOA8JqdgTCKpjwFE44vfqXwRSUju6\\_pBoCpssQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/formas-contemporaneas-de-racismointoleranciasnasredessociais/?gclid=CjwKCAjw5pShBhB_EiwAvmnNV4XC896i4M7VdqJ5_7aWMEVOA8JqdgTCKpjwFE44vfqXwRSUju6_pBoCpssQAvD_BwE)

MARX, Karl. **Prefácio a contribuição à crítica da economia política**. Textos 3, São Paulo, Edições Sociais, 1977.

- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba. Appris. 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Editora Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NERVELL, J. **A brancura desconfortável das classes médias brasileiras**. In: **Raça como retórica: a construção da diferença/ organizadoras** Yvonne Maggie e Claudia Barcellos Rezende – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2001, p. 245 – 269.
- OLIVEIRA, Lúcio O. A. **Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos**; Dissertação de Mestrado. orientação: Dr. Antônio Carlos Chagas. Salvador: 2007. Disponível em: [http://www.pospsi.ufba.br/Lucio\\_Oliveira.pdf](http://www.pospsi.ufba.br/Lucio_Oliveira.pdf)
- OLIVEIRA, Lima, Marcus Eugênio; "O Que é Racismo?", p. 77 -84. In: **Psicologia Social do Preconceito e do Racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.
- PIMENTA, Francisco José Paoliello. **Comunicação digital, mudanças cognitivas e pragmaticismo**. In: *Compós*, 23, 2014, Belém. Anais [...]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.
- PASQUALE, Frank. **The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information**. Reprint, Harvard University Press. 2015
- PIZA, Edith. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão**. An. 1 Simp. Internacional do Adolescente May. 2005.
- PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para branquitude**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires. CLACSO Colección Antologías. 2014.
- RACHLEFF, Peter. "**Branquidade**": seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: WARE, Vron. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, (org.) 2004, p. 97 – 114.

- RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RODRIGUES, Luciana Ribeiro– **We are Anonymous: a importância da espontaneidade para eficácia comunicacional em ações hacktivistas no Brasil.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo, Edições Loyola, 1993
- SCHUCMAN, L. V. **Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista.** São Paulo. Veneta. 2020.
- SILVA, P. E. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Appris. 2017.
- SILVA, Tarcizio. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos.** São Paulo. Literarua. 2020.
- SILVA, Tarcizio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código.** In: SILVA, Tarcizio (org). **Comunidades, Algoritmos e Ativismo Digitais: olhares afrodiaspóricos.** São Paulo: LiteraRUA, 2020
- SILVA, Tarcizio. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais.** São Paulo: Edições Sesc, 2022
- SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil.** In: WARE, Vron. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, (org.) 2004, p. 363-386.
- STEYN, M. **Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática.** São Paulo. Garamond. 2004.
- TEIXEIRA, Thiago. **Decolonizar valores: Ética e diferença.** Belo Horizonte. Editora Devires. 2021
- TYNES, Brendesha M.; LOZADA, Fantasy T.; SMITH, Naila A.; STEWART, Ashley M.; **“From racial microaggressions to hate crimes: A model of online racism based on the lived experiences of adolescents of color”**, in: TORINO, Gina C. et al (orgs); **Microaggression Theory: Influence and Implications.** Nova Jersey (EUA): John Wiley & Sons, 2019.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu editora, 2020.
- WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- WYNTER, Sylvia. **Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom:Towards the Human, After Man, Its OverRepresentation--An Argument.** CR:The New Centennial Review 3, 3:257-337, 2003